

# Ministro Antônio de Pádua Ribeiro Traços Biográficos

**N**asceu em Torneiros, Município de Pará de Minas-MG, em 22 de outubro de 1940, filho de Evaristo Firmiano Ribeiro e de Maria Antonieta Ribeiro, já falecidos.

Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), com especialização em Direito Processual Civil.

Casado com a Dra. Ívis Glória Lopes Guimarães de Pádua Ribeiro, tem os seguintes filhos: Glória Maria, Bacharela em Direito; Maria Antonieta, Médica; Andréa, Bacharela em Direito; e Clodoaldo, Bacharel em Direito. Tem dois netos: Yasmine e Matteo.

## ATIVIDADES PROFISSIONAIS

### Superior Tribunal de Justiça

- Ministro do Superior Tribunal de Justiça desde a instalação do Tribunal, em 7/4/1989.
- Membro Suplente do Conselho da Justiça Federal (7/4/1989 a 23/4/1989).
- Membro nato do Conselho de Administração.
- Membro nato da Corte Especial.
- Designado para compor a Sexta Turma, na Primeira Sessão Extraordinária do STJ, realizada em 10/04/1989.
- Corregedor-Geral da Justiça Federal (23/6/1989 a 23/6/1991).
- Membro Efetivo do Conselho da Justiça Federal (23/6/1989 a 23/6/1991).
- Coordenador dos serviços de informática do Superior Tribunal de Justiça e Conselho da Justiça Federal (Ato nº 214, de 11/12/1989).

## **Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ**

---

- Membro Efetivo da Comissão de Coordenação (28/6/1990 a 11/7/1991).
- Membro da Primeira Seção e Segunda Turma (Ato nº 728, de 9/7/1991, DJ de 12/7/1991) (Período: 25/6/1991 a 22/6/1997).
- Membro Efetivo da Comissão de Documentação (Ato nº 729, de 9/7/1991, DJ de 31/7/1991.)
- Presidente da Segunda Turma (12/6/1992 a 12/6/1994).
- Membro Efetivo da Comissão de Jurisprudência (Ato nº 176, de 17/11/1992, DJ de 18/11/1992).
- Designação para Comissão da Reforma do Judiciário, encarregada de apresentar estudos e sugestões à revisão de que trata o art. 3º do ADCT da Constituição Federal (Coordenador da Revisão Constitucional - Ato nº 174/93 - D.O. de 5/8/1993).
- Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal (23/6/1997 a 2/4/1998).
- Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal (2/4/1998 a 4/4/2000).
- Membro da Segunda Seção e da Terceira Turma (3/4/2000 a 13/6/2005).
- Membro Efetivo do Conselho de Administração (5/4/2000 a 19/6/2005).
- Presidente da Comissão de Jurisprudência (2/8/2000 a 20/6/2005).
- Presidente da Terceira Turma (18/11/2002 a 17/11/2004).
- Membro da Comissão especial para estudos e sugestões sobre o projeto do Estatuto da Magistratura Nacional (24/11/2003 a 19/9/2007).
- Primeiro Corregedor-Geral do Conselho Nacional de Justiça (14/6/2005 a 13/6/2007).
- Membro do Conselho de Administração (14/6/2007 a 19/9/2007).
- Membro da Segunda Seção e da Quarta Turma (14/6/2007 a 19/9/2007).
- Aposentado do cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, em 20/9/2007.

### **Tribunal Superior Eleitoral**

- Membro Substituto do Tribunal Superior Eleitoral (28/5/1992 a 25/5/1994).
- Ministro do Tribunal Superior Eleitoral (26/5/1994).



## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

- Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral (15/12/1994 a 23/5/1996).
- Integrante da Comissão de Estudos da Reforma Eleitoral (denominada “Comissão dos Notáveis”). Presidiu a Subcomissão Temática encarregada da parte relativa a “Financiamento e Campanhas Eleitorais” e, posteriormente, foi designado membro da Comissão de Sistematização dos Trabalhos (Portaria n° 177/95; Diário do Congresso Nacional, publicado em 2/6/1996).

### Tribunal Federal de Recursos

- Ministro do Tribunal Federal de Recursos (posse e início do exercício em 23/6/1980).
- Membro da Segunda Seção e da Quarta Turma (23/6/1980 a 24/6/1991).
- Membro Suplente da Comissão de Jurisprudência (23/6/1980 a 15/8/1983).
- Diretor da Revista (9/6/1983 a 1985).
- Membro Efetivo da Comissão de Jurisprudência (16/8/1983 a 23/6/1989).
- Membro da Comissão Temporária Examinadora de Concurso Público (30/4/1987).
- Presidente da Comissão Temporária encarregada de apresentar estudos e sugestões à Assembléia Nacional Constituinte (4/6/1987 a 4/10/1988).
- Membro Suplente do Conselho da Justiça Federal (23/6/1987 a 22/6/1989).
- Membro da Comissão que elaborou o Regimento Interno do STJ (6/9/1988 a 6/4/1989).

### Ministério Público Federal

- Procurador da República no Distrito Federal, exercendo as funções junto ao Colendo Supremo Tribunal Federal (22/11/1972 a 24/8/1979).
- Assessor do Procurador-Geral da República (23/11/1972 a 20/9/1976).
- Procurador da República de 3ª Categoria (21/11/1972).
- Procurador da República de 2ª Categoria (31/3/1973).
- Procurador da República de 1ª Categoria (30/6/1973).
- Membro da Comissão encarregada de elaborar o Anteprojeto da Lei Orgânica do Ministério Público Federal (Portaria n. 74/1974, DJ de 20/05/1974).
- Membro da Comissão encarregada de preparar o Anteprojeto da Lei Orgânica do Ministério Público Federal (Portaria n. 31/1975, DJ de 25/02/1975).

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

- Membro da Comissão indicada para elaborar o Anteprojeto de Lei Complementar que estabelece normas gerais sobre a organização do Ministério Público (1977).
- Membro da Comissão de Promoções do Ministério Público Federal (1979).
- Subprocurador-Geral da República (24/8/1979).

### MISSÕES NO EXTERIOR

- No período compreendido entre 29 de setembro e 19 de outubro de 1989, foi, juntamente com o então Presidente do Superior Tribunal de Justiça, à Europa, a convite da Organização das Nações Unidas - ONU, na qualidade de Ministro Corregedor-Geral da Justiça Federal. Na oportunidade estiveram em Viena, Roma, Milão e Lisboa. Nas referidas cidades, dando seguimento às gestões iniciadas pelas administrações anteriores do antigo Tribunal Federal de Recursos e do Superior Tribunal de Justiça, mantiveram diversos contatos com altos funcionários da ONU e do Governo italiano, com o objetivo de esclarecer o plano de Modernização da Justiça Federal no Brasil e a sua repercussão no plano social; visando que, no momento oportuno, pudessem obter o seu apoio junto às instituições internacionais de financiamento. As gestões mantidas tiveram em conta especialmente o desenvolvimento da informática e a criação da Escola Nacional de Magistratura e do Centro de Estudos dos Servidores da Justiça.
- Polônia: a convite do respectivo Governo, visitou o Supremo Tribunal de Justiça, o Ministério da Justiça, o Centro de Aperfeiçoamento Profissional do Ministério da Justiça, o Supremo Tribunal Administrativo e o Tribunal Regional de Cracóvia, no período de 8 a 13/9/1998.
- Rússia: no período de 13 a 20/9/1998, a convite do respectivo Governo, visitou o Supremo Tribunal da Federação da Rússia, a Duma Estatal (Câmara Baixa do Parlamento), a Procuradoria-Geral da Rússia, o Tribunal Constitucional da Rússia e o Tribunal da Cidade de São Petersburgo. Teve encontros, ainda, com Juizes da cidade de Séruiiev Possad (anteriormente chama de Zagorsk).
- Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte: a convite do governo inglês, no período de 9 a 17/10/1999, visitou a Corte Real de Justiça, a Alta Corte de Justiça, a Câmara dos Lordes, o Ministério do Interior e a Procuradoria-Geral.
- Escócia: visitou a Corte Suprema, o Parlamento, a Sheriff Court (Tribunal de Justiça) e a Procuradoria-Geral.

## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

- França: no período de 18 a 21/10/1999, visitou a Corte de Cassação e a Escola da Magistratura.

### MAGISTÉRIO SUPERIOR

- Coordenador-Geral e Professor titular interino de Prática Forense da Faculdade de Direito do CEUB (1971-1979).
- Coordenador do Curso de Especialização, em nível de pós-graduação, de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito do CEUB.
- Coordenador do Curso de Especialização, em nível de pós-graduação, de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da AEUDF.
- Professor de Direito Processual Civil e de Direito Administrativo da Faculdade de Direito do CEUB.
- Professor de Direito Administrativo da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração do Distrito Federal.
- Professor Titular de Direito Processual Civil e de Teoria Geral do Processo, da Faculdade de Direito da AEUDF (Parecer nº 1.225/73 do Conselho Federal de Educação) e do Curso de Especialização em Direito Processual Civil da referida Faculdade (Parecer nº 291/84 do Conselho Federal de Educação).

### OUTRAS ATIVIDADES

- Integrou os Quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal; o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal; e a Associação dos Procuradores da República, da qual foi membro fundador.
- Membro fundador do Instituto de Direito Processual Civil - Seção do Distrito Federal.
- Revisor do Departamento de Imprensa Nacional (5/8/1960 a 29/4/1962).
- Auxiliar Legislativo da Câmara dos Deputados (30/4/1962 a 6/8/1964).
- Secretário da Comissão de Redação da Câmara dos Deputados (28/4/1964 a 3/5/1967).
- Oficial Legislativo da Câmara dos Deputados (7/8/1964 a 20/11/1972).
- Assessor da Mesa da Câmara dos Deputados (1967-1969).

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

- Exerceu a advocacia, na Capital da República, entre os anos de 1967 e 1979, com alguns intervalos decorrentes de incompatibilidade oriunda do exercício de cargos públicos.
- Procurador da Câmara dos Deputados, junto à Procuradoria-Geral da República (2/7/1969 a 4/3/1970).
- Secretário Jurídico do Supremo Tribunal Federal (5/3/1970 a 31/7/1972).
- Assessor Especial do Ministro da Justiça (6/9/1972 a 20/11/1972).

### TRABALHOS JURÍDICOS PUBLICADOS

- É autor de numerosos pareceres, votos e estudos doutrinários, publicados em repertórios especializados (Revista Trimestral de Jurisprudência, Revista do Superior Tribunal de Justiça, Revista do Tribunal Federal de Recursos, Lex, Revista Forense, Jurisprudência do TSE e outros), e proferiu dezenas de conferências, palestras e discursos. Entre eles:

#### LIVROS:

- “Reflexões Jurídicas”. Livro publicado em 2000, pela Editora Brasília Jurídica.
- “Antecedentes Históricos do Superior Tribunal de Justiça”, Divisão Gráfica da Secretaria do Conselho da Justiça Federal, 1989, em co-autoria.
- “Mandado de Segurança e de Injunção”, Editora Saraiva, 1990, em co-autoria.
- “Recursos no Superior Tribunal de Justiça”, Editora Saraiva, 1991, em co-autoria.
- “O Poder Judiciário e a Constituição”, Editora Saraiva, 1994, em co-autoria.
- “Estudos em homenagem ao Ministro Adhemar Ferreira Maciel”, Editora Saraiva, 2001, em co-autoria.
- “Dimensões do Direito Contemporâneo: estudos em homenagem a Geraldo de Camargo Vidigal”, Editora IOB, 2001, em co-autoria.
- “Direito Processual – Inovações e Perspectivas – estudos em homenagem ao Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira”. É um dos co-autores com o trabalho intitulado: Medidas de Urgência e sua Cassação. São Paulo, Saraiva, 2003. p. 25-37.

**CAPÍTULOS DE LIVROS:**

- “O Poder Judiciário: algumas reflexões”. Reúne algumas reflexões, compactadas, sobre o Poder Judiciário no Brasil, publicadas em revistas especializadas. Tece considerações sobre a Soberania do Poder Judiciário e sobre o Controle da Atividade Judiciária. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. O Judiciário e a Constituição. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 31-51; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/165>>. Acesso em: 29/3/2005.
- “A Revisão Constitucional e a Justiça Federal”. Analisa as críticas que a Justiça Federal é alvo, principalmente no âmbito de reduzir ou ampliar a sua competência. Segundo o autor, a justiça nem sempre tem merecido atenção dos poderes públicos que deveria merecer. Aborda a necessidade de implantar novas tecnologias e desburocratizar o Poder Judiciário para se obter uma maior eficiência. Propõe algumas medidas que poderiam ser discutidas na revisão constitucional, destacando entre elas a que dá força vinculante às súmulas dos tribunais federais. In: Encontro Nacional de Magistrados Federais. Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1995. p. 65-73; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/191>>. Acesso em: 4/4/2005.
- “Medidas de Urgência e sua Cassação”. Analisa e caracteriza as medidas urgentes, assinalando a importância que possuem na efetividade do exercício dos poderes jurisdicionais. Define e diferencia a tutela de conhecimento, a tutela de execução e a tutela cautelar. Examina a cassação das medidas de urgência e das liminares, apresentando diversos dispositivos legais e jurídicos. Assinala também a jurisprudência adotada no Superior Tribunal de Justiça quanto às medidas cautelares. In: MARTINS, Ives Gandra; NALINI, José Roberto. (Coord.). Dimensões do Direito Contemporâneo: estudos em homenagem a Geraldo de Camargo Vidigal. São Paulo: IOB, 2001. p. 65- 73; Ensaios Jurídicos, Brasília: Consulex, 2003. p. 181-192; Revista de Direito Renovar, n. 23, maio/ago. 2002. p. 1-11; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/170>>. Acesso em: 29/3/2005.
- “Tribunal da Cidadania: 20 anos!” Discorre sobre o Superior Tribunal de Justiça, criado pela Constituição de 1988 e instalado no dia 7/4/1989. Aborda os vinte anos de exercício das suas importantes atribuições constitucionais. Ressalta que com a criação do STJ, cujo objetivo foi, também, superar mais uma crise do Supremo Tribunal Federal, cujo volume de processos nos anos oitenta era incompatível com o número dos seus Ministros. Mostra que o Supremo Tribunal Federal erigiu-se numa quarta instância e o Superior Tribunal de Justiça numa terceira instância, mera Corte de passagem para o Supremo, especialmente no que tange ao direito público e ao direito penal. Por fim, comenta que tanto o STF quanto o STJ passam por uma crise de significativas proporções,

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

os eminentes Ministros não têm conseguido julgar, em tempo razoável, os processos distribuídos, que cada vez mais abarrotam os seus depósitos. In: Superior Tribunal de Justiça: doutrina: edição comemorativa, 20 anos. Brasília: STJ, 2009. p. 541-546; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/24562>>. Acesso em: 24/9/2009.

### PREFÁCIOS:

- “Ministro José Fernandes Dantas: homenagem”. Possui como objetivo expressar o reconhecimento do Superior Tribunal de Justiça ao preclaro Ministro José Fernandes Dantas. Destaca as virtudes do Ministro e sua dedicação ao apostolado da Justiça (1998). In: Brasil. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ministro José Fernandes Dantas: homenagem. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1998. p. 7 (Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TRF e STJ, 27); Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8355>>. Acesso em: 4/12/2006.
- “Ministro Jorge Lafayette Pinto Guimarães: homenagem póstuma”. Destaca um dos maiores processualistas que já passou pelo Tribunal Federal de Recursos, cuja vida foi sagrada ao estudo e ao exercício do Direito Penal (1998). In: Brasil. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ministro Jorge Lafayette Pinto Guimarães: homenagem póstuma. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1998. p. 7 (Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ; v. 26); Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8394>>. Acesso em: 12/12/2006.
- “O Recurso Especial e seus pressupostos”. Relata, após examinar o conteúdo da obra, que ela está deveras ligada ao Superior Tribunal de Justiça, porque trata de instituto criado pela Constituição Federal vigente; fala ainda que a obra registra, devidamente sistematizada e atualizada, a sua jurisprudência acerca do Recurso Especial; e, por último, constitui, devido aos caracteres supramencionados, valiosa bússola para os advogados que militam neste e em outros tribunais (1998). In: MOSCA, Hugo. O Recurso especial e seus pressupostos, 7. ed., Brasília: Stampa, 1998. 315 p.; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8368>>. Acesso em: 6/12/2006.
- “Ministro Américo Luz: aposentadoria”. Presta homenagem ao Ministro Américo Luz, que após mais de três décadas de atividade judicante, aposentou-se (1998). In: Brasil. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ministro Américo Luz: aposentadoria. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1998. p. 7 (Coletânea de julgados e momentos jurídicos dos magistrados no TRF e STJ, 25). Repositório





## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8353>>. Acesso em: 4/12/2006.

- “Ministro Artur de Souza Marinho: centenário de nascimento”. Presta homenagem ao Ministro Artur de Souza Marinho pelo transcurso do centenário do seu nascimento e comenta os trabalhos deixados pelo mesmo, enaltecendo seus inúmeros textos e seu papel como agente da prestação jurisdicional (1999). In: BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Ministro Artur de Souza Marinho: centenário de nascimento. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1999. p. 7 (Coletânea de julgados e momentos jurídicos dos magistrados no TRF e STJ, 31); Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8358>>. Acesso em: 4/12/2006.
- “O Juiz: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo”. Destaca a carreira de magistrado percorrida pelo Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira que o autoriza a tratar do tema a que se propõe nesta obra. Apresenta uma visão ampla do panorama brasileiro no qual estão inseridas as escolas judiciais (1999). In: LECEY, Eládio. O Juiz: seleção e formação do magistrado no mundo contemporâneo. Belo Horizonte: Del Rey, 1999. 376 p.; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8356>>. Acesso em: 4/12/2006.
- “Código Tributário Nacional comentado”, coordenada pelo Juiz Vladimir Passos de Freitas. Refere-se, inicialmente, ao universo dos autores, Magistrados que, conquistaram, em anos a fio de trabalho árduo, posição de destaque no panorama judiciário nacional, originários do Ministério Público ou da Advocacia; Drs. Eliana Calmon, Luiz Alberto Gurgel de Faria, Manoel Álvares, Maria Helena Rau de Souza, Miriam Costa Rebollo Câmara, Odmir Fernandes, Regina Helena Costa, Sergio Feltrin Corrêa e Zuudi Sakakihara. Também salienta a importância da obra quando for publicada, que constituirá, pela impecável organização, abrangência e caráter elucidatório; pelo compromisso com a verdade; mais que isso, pelos nomes que a conceberam e nutriram, um marco de referência, uma fonte de consulta imprescindível aos grandes profissionais, mas também aos acadêmicos dos cursos de Direito de todo o Brasil (1999). In: FREITAS, Vladimir Passos de (Coord.). Código Tributário Nacional Comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. 823 p.; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8387>>. Acesso em: 11/12/2006.
- “STJ 10 anos: obra comemorativa: 1989-1999”. Cita que de nada aproveitam as leis se não existir quem as ampare contra os abusos; e o amparo sobre todos essencial é o de uma justiça tão alta no seu poder, quanto na sua missão. Lembra que a estrutura do Poder Judiciário foi aperfeiçoada, em 7 de abril de 1989, ao instalar-se o Superior Tribunal de Justiça, órgão do Poder Judiciário ao qual foi atribuída a garantia da integridade do direito federal e uniformidade

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

da jurisprudência infraconstitucional (1999). In: Brasil. Superior Tribunal de Justiça (STJ). STJ 1989-1999: eventos comemorativos. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1999. 142 p.; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8370>>. Acesso em: 6/12/2006.

- “Ministro Cid Flaquer Scartezzini: homenagem”. Fala que o trabalho manifesta o desempenho de uma vocação incondicional, mediante o qual o Ministro descortina e concretiza, perante os jurisdicionados, a sobre-humana e quase infinita missão da Justiça, desta utilizando-se como instrumento eficaz de amparo às leis (1999). In: Brasil. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ministro Cid Flaquer Scartezzini: homenagem. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1999. p. 7 (Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ, v. 30); Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8371>>. Acesso em: 6/12/2006.
- “Coletânea das conferências e debates proferidos no Seminário – A Proteção dos Direitos Humanos e o Brasil”, realizado pelo STJ em parceria com a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Ressalta a aceitação de que aos seres humanos é reconhecida uma dignidade natural e inalienável, própria da sua condição, assim como o gozo da vida e da liberdade. Também mostra que incontáveis situações de violência física e mental infligidas a alguns, vieram confirmar aos homens de boa vontade que é necessário buscar e preservar os mecanismos de defesa dos indivíduos perante a sanha criminosa de grupos e, até mesmo, como a história recente nos mostra, de governos. Por fim, sob um segundo ponto de vista, enfoca questões internas, como o papel das organizações não governamentais no contencioso dos Direitos Humanos e a atuação do Ministério Público na proteção desses mesmos direitos (1999). In: Coletânea das conferências e debates proferidos no Seminário a Proteção dos Direitos Humanos e o Brasil; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8386>>. Acesso em: 11/12/2006.
- “Ministro José Anselmo de Figueiredo Santiago: homenagem”. Presta homenagem ao Ministro José Anselmo de Figueiredo Santiago pelo transcurso de sua aposentadoria. Traz a lume, na apresentação da obra, o perfil do Ministro na sua atividade de operar o Direito e a Justiça (1999). In: Brasil. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ministro José Anselmo de Figueiredo Santiago: homenagem. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1999. p. 7 (Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TRF e STJ, 28); Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8354>>. Acesso em: 4/12/2006.
- “Ministro Adhemar Ferreira Maciel: homenagem”. Descreve o Ministro à guisa de prefácio, lembrando as suas qualidades de magistrado de grande capacidade



## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

de trabalho e de largo saber jurídico (1999). In: Brasil. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ministro Adhemar Ferreira Maciel: homenagem. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1999. p. 7 (Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e STJ, 29); Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8357>>. Acesso em: 4/12/2006.

- “Curso de Direito Civil Brasileiro”, do conceituado jurista e professor Antônio Joaquim Ribas. Destaca a formação, estudos e o trabalho intelectual do jurista. Também apresenta explicações sobre a divisão do conteúdo da obra (2003). In: RIBAS, Antônio Joaquim. Curso de Direito Civil Brasileiro. Brasília: Senado Federal, 2003. p. XIII-XXII; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/1285>>. Acesso em: 7/10/2005.

### DISCURSOS:

- Em homenagem ao Ministro Moacyr Amaral Santos, por ocasião de sua aposentadoria, proferido no Restaurante Xadrezinho, em 21/6/1972, em nome dos colegas do Curso de Direito Processual Civil, ministrado em nível de pós-graduação na UNB.
- Em Defesa da Causa da Humanidade”. Discurso de paraninfo, proferido no CEUB, 2º sem./1974.
- De despedida do Dr. José Fernandes Dantas, por ocasião de sua nomeação para o cargo de Ministro do Tribunal Federal de Recursos, proferido em 22/10/1976, em nome da Associação dos Procuradores da República.
- De despedida do Ministro Justino Ribeiro, por ocasião de sua aposentadoria, proferido no Pleno do Tribunal Federal de Recursos, em 7/10/1982.
- “O Superior Tribunal de Justiça e a Intangibilidade da Ordem Jurídica”. Proferido por ocasião da sessão solene comemorativa do primeiro aniversário do Superior Tribunal de Justiça, em 30/04/1990. Matéria de grande repercussão, tendo sido objeto de editorial do jornal O Estado de São Paulo, de 20/5/1990, p. 3. In.: Correio Braziliense, 4/5/1990; Estado de Minas, 9 e 10/5/1990, Estado de São Paulo, 16/5/1990; Revista Jurídica, Ed. Síntese, Porto Alegre-RS, v. 38, n.151, maio/1990, p. 148-152; Revista de Direito da Procuradoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, jan./jun. 1990, p. 181-185; Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul - AJURIS, v. 17, n. 50, nov./1990, p. 100-104.
- “Direito, Justiça e Bondade”. Proferido no Colégio Militar de Brasília ao paraninfar a Turma de Formandos da Faculdade de Direito da AEUDF – 1º sem/1991. Publicado no Suplemento “Direito & Justiça”, do Correio Braziliense, em 23.08.91.

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

- “Das nulidades e dos recursos em geral no Código de Processo Penal Militar: alguns aspectos”. Proferido no Superior Tribunal Militar, a convite do seu Presidente, em 28/08/1992. Apresenta algumas observações sobre a matéria tratada no livro III do Código de Processo Penal Militar (CPPM): Das nulidades e recursos em geral. Analisa alguns preceitos desse Código, confrontando-os com o texto da Constituição Federal e com o Código de Processo Penal. Comenta sobre apelação, recurso em sentido estrito, embargos de nulidade, infringentes do julgado e embargos de declaração, sobre revisão, reclamação, recurso ordinário e extraordinário. In: Revista do Superior Tribunal Militar, vol. 14/15, 1992/1993. p. 81-96; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/413>>. Acesso em: 31/5/2005.
- Em homenagem póstuma ao Ministro Armando Leite Rollemberg. Proferido no plenário do Superior Tribunal de Justiça, em 23/6/1994.
- “Reforma Política: da sua necessidade”. Saudação aos Ministros Carlos Velloso e Marco Aurélio, empossados, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na sessão solene realizada em 6/12/1994. Comenta sobre o imenso esforço desenvolvido pela Justiça Eleitoral para a realização das eleições de 1994. Afirma que muito foi feito, mas resta muito por fazer no sentido do aprimoramento da democracia brasileira. Explica que algumas medidas são da alçada da própria Justiça e, outras, dependem dos outros Poderes. Aponta quais medidas legislativas e administrativas seriam necessárias, destacando a promulgação de um novo Código Eleitoral e a informatização das eleições. Menciona, também, a imperiosa necessidade de regulamentar, com mais eficácia, a matéria relativa ao financiamento das eleições e da necessidade de impor normas de controle e fiscalização das pesquisas eleitorais. Finaliza apresentando um resumo biográfico e curricular dos Ministros Carlos Velloso e Marco Aurélio. In: Diário da Justiça, Seção I, de 27/02/1995, p. 3.543-3.544; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/508>>. Acesso em: 21/6/2005.
- “Discurso de posse do Ministro Antônio de Pádua Ribeiro no cargo de Presidente do STJ”. Proferido em 2/4/1998, na solenidade de posse no cargo de Presidente do STJ para o biênio 1998/2000. Analisa a necessidade do Estado em desenvolver a máquina estatal para benefício de seus cidadãos. Aborda que a crise do Estado gera conseqüências no setor judiciário, contribuindo para a deficiente atuação do Estado-Justiça. Conclui destacando a importância do entendimento para que os três poderes possam, harmonicamente, lutar em prol dos objetivos maiores. In: Ata da Sessão Solene do Plenário do STJ - 2/4/1998, publicada no DJ de 9/7/1998, Seção I. p. 2; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/120>>. Acesso em: 14/3/2005.

## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

- “Maiden speech in the Presidency of the Superior Court of Justice”. Maiden Speech of justice Antônio de Pádua Ribeiro as President of the Superior Court of Justice and the Council of the Federal Justice, on, April 2, 1998. Speech of justice Antônio de Pádua Ribeiro as President of the Superior Court of Justice and the Council of the Federal Justice. He pledged himself to always be available to welcome all of those responsible for the State and for society, who wish to strive to accomplish the greatest objectives of Brazilian citizens, especially regarding a more efficient Justice that can be accessed by all citizens affected in their individual, collective and social rights, and that may provide its timely collaboration in the struggle against existing poverty and inequality in the Country. In: RIBEIRO, Antônio de Pádua. Maiden speech in the Presidency of the Superior Court of Justice. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1998; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/10046>>. Acesso em: 17/10/2007.
- “Discours Inaugural du Ministre Antônio de Pádua Ribeiro comme Président du Supérieur Tribunal de Justice”. Discours Inaugural du Ministre Antônio de Pádua Ribeiro Comme Président du Tribunal Supérieur de Justice et Conseil de la Justice Fédérale, lê 2 Avril, 1998. Discours de prise de possession comme président du Tribunal Supérieur de Justice (STJ). Il analyse la nécessité de développer l’appareil étatique comme façon de bénéficier les citoyens. Il soutient que la crise de l’État touche le Pouvoir judiciaire et, par conséquence, rendre difficile l’actuation juridictionnelle de l’État. Il détache l’importance que le travail harmonieux entre les trois pouvoirs peut avoir dans la lutte à faveur des objectifs plus larges. In: RIBEIRO, Antônio de Pádua. Discours Inaugural du Ministre Antônio de Pádua Ribeiro comme Président du Supérieur Tribunal de Justice. CONSEIL DE LA JUSTICE FÉDÉRAL, 1998. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1998; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/10053>>. Acesso em: 17/10/2007.
- “Roteiro com Discursos: Posse na Presidência : biênio 1998–2000”. Roteiro com discursos de posse dos Excelentíssimos Senhores Ministro Antônio de Pádua Ribeiro e Ministro Cid Flaquer Scartezzini nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça. Declarados empossados, discursaram o Ministro Costa Leite, que falou em nome do Tribunal, a Dra. Delza Curvello Rocha, em nome do Ministério Público Federal, o Dr. Reginaldo Oscar de Castro, Presidente do Conselho Federal da OAB, em nome da classe dos Advogados, e ao final o Ministro Antônio de Pádua Ribeiro. Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/10217>>. Acesso em: 19/11/2007.
- “Abertura do Seminário Internacional sobre Direito da Biodiversidade”. Abertura do Seminário Internacional sobre Direito da Biodiversidade, proferido no dia 11

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

de maio de 1999. Propõe uma reflexão filosófica sobre a evolução intelectual da humanidade, especialmente no campo das Ciências Biológicas, e as implicações éticas decorrentes dos crescentes avanços de tecnologias de manipulação da vida. Em face disso, convida os profissionais das diversas áreas a analisarem sua responsabilidade diante desses dilemas éticos, a fim de subsidiar o trabalho dos operadores do Direito. In: Revista de Informação Legislativa, ano 36, n. 143, jul./set. 1999. p. 15-18; Revista de Doutrina e Jurisprudência, Macapá, n. 18, maio/ago. 1999. p. 395-399; Cidadania e Justiça, v. 3, n. 7, jul./dez. 1999. p. 111-114; Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, Bauru, n. 27, dez./mar. 1999/2000. p. 15-20; Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 5, n. 17, jan./mar. 2000. p. 17-20; Consulex: Revista Jurídica, v. 4, n. 39, mar. 2000. p. 22-24; Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, v. 1, n. 6, jul./ago. 2000. p. 45-48; Doutrina Adcoas, v. 6, n. 10, out. 2003. p. 307-309; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/153>>. Acesso em: 22/3/2005.

- “Biodiversity law”. Speech delivered on May 11th, 1999, at the opening session of the International Seminar on Biodiversity Law, held in the auditorium of the Superior Court of Justice. It explains that the Seminar will be the forum for the discussion of topics of special meaning to Humanity, all of which stem from both the great developments of the biological sciences and the technology applicable to them. The speaker argues that in face of the progress of genetic engineering and biotechnology, we don’t know what behavior should be adopted by the professionals of the different areas involved, upon facing the challenges imposed upon us by this evolutionary process. It also broaches the question about health and economic issues, by giving the example of eating transgenic food. To conclude the speaker emphasizes that in Brazil the issue is currently undergoing a broad debate, and the public opinion has just begun to wake up to the problem. In: International Seminar On Biodiversity Law, 1999. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1999; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/10045>>. Acesso em: 17/10/2007.
- “Droit de la Biodiversité”. Discours prononcé le 11 mai 1999 , à l’occasion de l’ouverture du séminaire international sur le Droit de la «Biodiversité», réalisé dans l’auditoire du Tribunal Supérieur de Justice. Cet article propose une réflexion philosophique sur l’évolution intellectuel de l’humanité, notamment dans le domaine de la Science Biologique. Il débat les implications bioéthiques découlantes des avances technologiques de la biomanipulation de la vie. Face à cette réalité, les professionnels de plusieurs domaines sont invités à évaluer sa responsabilité devant ces dillèmes éthiques afin de contribuer avec le travail des opérateurs du droit. In: Séminaire Internacional Sur Le Droit à La Biodiversité, 1999. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1999; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/10054>>. Acesso em: 17/10/2007.

## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

- “Palavras de Despedida da Presidência”. Proferido em 3 de abril de 2000 por ocasião do encerramento do mandato como Presidente do STJ. Relata as medidas que foram implementadas, as dificuldades vencidas e as mudanças realizadas durante o tempo em que o autor foi Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ). In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/91>>. Acesso em: 7/3/2005.
- “Abertura do Simpósio sobre Seguros Privados”. Proferido na abertura do “I Fórum de Direito de Seguros Privados do DF”, em 25 de abril de 2002, na cidade de Brasília. Comenta sobre a origem, razão, objeto e finalidade do seguro, destacando a sua extraordinária importância no mundo atual. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/552>>. Acesso em: 29/6/2005.
- “Aposição da fotografia do Exmo. Sr. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro na Galeria de ex-Presidentes do Superior Tribunal de Justiça”. Solenidade de aposição da fotografia do Exmo. Sr. Ministro Antônio de Pádua Ribeiro na Galeria de ex-Presidentes do Superior Tribunal de Justiça. Discursaram os Exmos. Srs. Ministros Nilson Naves, Edson Vidigal, e o homenageado Min. Antônio de Pádua Ribeiro. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/10038>>. Acesso em: 16/10/2007.
- “Palavras de abertura do evento Todos contra a Tortura”. Proferido no auditório do Superior Tribunal de Justiça, em 26/6/2003. Faz breve referência à história de luta contra a tortura desde o Iluminismo até os dias atuais. Relembra casos absurdos de tortura que vigoravam no Direito Penal do passado e episódios recentes, como o caso do jornalista Tim Lopes e do massacre no Carandiru. Destaca nomes de pessoas que lutaram contra a prática da tortura: Beccaria, Verri, Heráclito de Sobral Pinto, Evaristo Arns, Nelson Rodrigues, Dom Hélder Câmara e Hélio Bicudo. Reconhece o universo abissal entre a intenção e a prática, sem deixar de considerar os avanços a partir da Constituição de 1988 e a participação do Brasil em tratados e convenções internacionais de condenação à prática da tortura. Defende a exaltação dos direitos humanos, da justiça social, da defesa intransigente contra toda e qualquer forma de discriminação, de tratamento desigual, infame ou degradante. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/666>>. Acesso em: 20/7/2005.
- “Superior Tribunal de Justiça: Décimo Quinto Aniversário”. Proferido em 20 de maio de 2004, em homenagem aos quinze anos do Superior Tribunal de Justiça. Apresenta algumas reflexões quanto à atuação do Poder Judiciário, aos requisitos necessários na seleção dos magistrados e à perda da legitimidade do exercício dos três Poderes do Estado sob o enfoque da sua aceitação pela sociedade a que servem. Destaca o fato da Justiça ter se tornado um espaço de exigibilidade da democracia e critica mecanismos que possam dificultar ou

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

cercear a atuação do Judiciário. Todavia, defende a instituição de um Conselho Nacional de Magistratura com poderes para declarar a perda do cargo dos juizes por falta de decoro e falta de trabalho. Defende, também, uma reforma do Judiciário que caminhe, em termos de conquista de direito dos cidadãos, a patamares já ultrapassados pelo curso da história. Finaliza citando as realizações do STJ, os acórdãos proferidos com reflexo no dia-a-dia da vida do cidadão brasileiro, a presença feminina na sua composição, alguns dados estatísticos e o seu reconhecimento pela comunidade jurídica. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/84>>. Acesso em: 3/3/2005.

- “Palavras”. Proferido por ocasião da posse da Ministra Fátima Nancy Andrigui na 3ª Turma. Cumprimenta, saúda e felicita a Ministra Fátima Nancy Andrigui por ser a primeira mulher a assumir a Presidência da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/439>>. Acesso: 8/6/2005.
- “Palavras de despedida do Conselho Nacional de Justiça”. Proferido na última sessão da primeira composição do CNJ, realizada no dia 12/6/2007. Resume o trabalho efetuado junto ao Conselho Nacional de Justiça, órgão de cúpula e governança da Administração Judiciária no País, que com êxito atingiu, no âmbito da Justiça, seus objetivos em prol da construção de um novo Judiciário. Menciona a função fiscalizadora da Corregedoria Nacional de Justiça, e seu trabalho incessante no sentido de colocar em prática as suas funções primordiais. Cita conquistas importantes dos Tribunais em casos como no combate à Máfia dos Combustíveis, dos Concursos Públicos, e dos Títulos Podres e, as chamadas Operação Hurricane e Têmis. Encerra o discurso agradecendo a todos, certo de ter cumprido os textos constitucionais e legais que regem a atuação do Conselho. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/9798>>. Acesso em: 29/8/2007.

### CONFERÊNCIAS E PALESTRAS:

- Ciclo de palestras sobre o Anteprojeto do Código de Processo Civil.
- Conferência sobre os seguintes temas: Natureza Jurídica do Mandado de Segurança; Relações Administrativas; o DASP e a Reforma Administrativa; Problema Penitenciário e Sistemas Penitenciários e o Ministério Público na Atualidade Brasileira.
- Curso de Extensão Cultural sobre Técnica e Processos Legislativos.
- “Novo Código de Processo Civil: visão panorâmica”. Faculdade de Direito do CEUB, 25/3/1974.
- “Da Competência”. Faculdade de Direito do CEUB, 17/4/1974; Centro de





## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

Estudos Jurídicos - CEJUS, 20/2/1976.

- “Da Assistência”. Faculdade de Direito do CEUB, 13/5/1974.
- “Do Litisconsórcio”. Faculdade de Direito do CEUB, 16/05/1974.
- “Da Denúnciação da Lide”. Faculdade de Direito do CEUB, 6/6/1974.
- “Dos Recursos no Novo Código de Processo Civil”. Faculdade de Direito da UnB, a convite da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do DF, julho/1974.
- “Da Sentença e da Coisa Julgada”. Faculdade de Direito do CEUB, 4/7/1974.
- “Visão Panorâmica do Novo Código de Processo Civil”. Faculdade de Direito da AEUDF, 17/9/1974.
- “Aspectos Gerais dos Recursos no Novo Código de Processo Civil”. Faculdade de Direito da AEUDF, 3/10/74.
- “A Assistência do Novo Código de Processo Civil”. Proferida no Auditório da Faculdade de Direito da AUDF, em 24/10/1974. Examina inicialmente o instituto da Intervenção de Terceiros, especificamente o da Assistência, em seu perfil histórico, para, por fim, deter-se em face do Código de Processo Civil de 1939 e do atual (1973). Analisa a posição processual do assistente e realça os casos particulares de difícil enquadramento em face da orientação adotada. Identifica as espécies de Assistência, seu lugar no processo e o âmbito de atuação do assistente. In: Revista Forense v. 251, n. 865/867, jul./set. 1975. p. 119-124; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: < <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/212>>. Acesso em: 6/4/2005.
- “Do Recurso Extraordinário”. Faculdade de Direito do CEUB, 1º sem/1975; CEJUS, 1º sem/1976.
- “Processo de Execução”. Universidade Católica de Goiás, novembro/1975.
- “Tipologia processual e figuras procedimentais”. Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 12/11/1975.
- “Da Reconvenção e da Revelia”. Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 26/11/1975.
- “Nomeação à autoria, denúnciação à lide e chamamento ao processo”. Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 23/2/1976.
- “Dos Servidores Públicos e seu Regime Jurídico”. Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 1º sem/1976.
- “Atos Administrativos”. Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 23/4/1976.
- “Estados Modernos e suas Características”. Faculdade de Direito da AEUDF, 1976.

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

- “O Ministério Público e o Novo Código de Processo Civil”. Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 1º sem/1976.
- “Poder de Polícia”. Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 1º sem/1976.
- “Embargos do Devedor”. Centro de Estudos Jurídicos - CEJUS, 7/6/1976; Proferida também no Auditório do Ministério Público do Distrito Federal, a convite da Escola Superior da Magistratura do Distrito Federal, em 18/6/1984.
- Relator da Comissão de Temário do “I Fórum Nacional de debates sobre Ciências Jurídicas e Sociais - I FONAJUR”, realizado na Universidade de Brasília, de 7 a 11 de agosto de 1976, promovido pelo Clube dos Advogados do Distrito Federal.
- Presidente da Comissão de Temário do “I Encontro Regional de Procuradores da República - Norte/Nordeste”, de 27 a 29 de agosto de 1976, em Teresina-PI.
- “Reforma Judiciária”. Escola Nacional de Informações, 1º/6/1977.
- A convite da Universidade de Brasília, atuou como debatedor na “III JORNADA DE ESTUDOS DE DIREITO AMERICANO”, promovido pelo Decanato de Extensão da Faculdade de Direito daquela Universidade, no período compreendido entre 7 a 11 de agosto de 1978.
- “Alguns Aspectos do Processo de Execução, em geral, e em particular, dos Títulos de Crédito Rural”. Banco Nacional de Crédito Cooperativo, 15/2/1979.
- “Execução Fiscal”. Auditório da SUDEPE, por ocasião do 1º Encontro dos Procuradores e Advogados daquela autarquia, 5/12/1979.
- “Os sujeitos ativos e passivos na execução fiscal. A nomeação de curador especial no processo de execução. O responsável tributário. A competência no processo de execução. A competência e a excludente ou privativa”. Auditório da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, São Paulo, 5/12/1980; Auditório do antigo Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro, 29/5/1981; Auditório “Dois Candangos” da Universidade de Brasília, 14/10/1981.
- “Aspectos da Nova Lei de Execuções Fiscais”. Auditório do Ministério da Fazenda, a convite da OAB - Seção do DF, Brasília, 1981.
- “Medidas Cautelares Inominadas”. Auditório do Fórum de Feira de Santana, a convite da OAB - Seção da Bahia e do Governo daquele Estado, 17/09/1981.
- “Decadência: contagem do prazo no caso de lançamento por homologação”. Proferida em 26 de outubro de 1982, em São Paulo, a convite da Associação Brasileira de Direito Financeiro. Interpreta o parágrafo 4º, parte final, do artigo 150 do Código Tributário Nacional no que concerne em saber quais os termos, inicial e final, do prazo de decadência do direito de constituir o crédito tributário, na hipótese de lançamento por homologação em que se comprova a ocorrência de



## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

dolo, fraude ou simulação. Descreve a prescrição e decadência na jurisprudência do Tribunal Federal de Recursos e do Supremo Tribunal Federal. Apresenta os conceitos e princípios destes e dos direitos potestativos. Examina, também, as várias soluções apontadas pela doutrina e pela jurisprudência para a contagem do prazo de decadência. Propõe a sua solução para este tema e opina sobre a impossibilidade de se presumir a ocorrência de dolo, fraude ou simulação. In: Revista de Direito da Procuradoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, vol. 16, n. 32, jul./dez. 1990. p. 45-58; Resenha Tributária n. 33, p. 685-705; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/245>>. Acesso em: 13/4/2005.

- “A Reforma do Poder Judiciário”. A convite do Instituto Rio Branco, no Auditório do Ministério das Relações Exteriores, 25/5/1983.
- “O Poder Judiciário e a Nova Constituição”. Auditório do Fórum da Cidade de Macapá, a convite da OAB - seção local, 25/8/1988.
- “O Superior Tribunal de Justiça e a Justiça Especial”. Proferida em 20 de setembro de 1988, no “II Fórum Jurídico - A Constituição Brasileira”, promovido pela Fundação Dom Cabral e pela Federação do Comércio do Estado de Minas Gerais, com apoio da Academia Internacional de Direito e Economia - realizado no Auditório do Hotel Brasilton - Belo Horizonte. Apresenta o Superior Tribunal de Justiça (STJ), abordando a composição, competências e os motivos que levaram à criação dessa Corte. Faz um paralelo com a constituição do Tribunal Federal de Recursos (TFR) e seu posterior desdobramento em vários Tribunais Regionais. Esclarece que a criação do STJ em nada diminuiu a relevância do Supremo Tribunal Federal. Assinala que o êxito do STJ depende da eficiência dos Juizados Especiais. Examina a competência originária, recursal ordinária e recursal especial do STJ. Tece considerações sobre o mandado de segurança coletivo, o *habeas data* e o mandado de injunção. Encerra com uma breve referência à declaração incidental de inconstitucionalidade, à aquisição de intervenção federal e à autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário. In: A Constituição Brasileira 1988 - interpretação. Forense Universitária, 1ª edição, 1988. p. 215-229; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/655>>. Acesso em: 18/7/2005.
- “Poder Judiciário: algumas inovações e transformações”. Proferida em 28 de outubro de 1988, no Auditório da Justiça Federal em São Luís (sessão de encerramento do Segundo Ciclo Maranhense de Ciência do Direito), a convite do Governo do Estado do Maranhão. Tece breves reflexões sobre algumas inovações e transformações do Poder Judiciário advindas da Constituição Federal de 1988. Assinala que a Constituição em vigor valoriza a função de legislar e de fiscalizar do Congresso e outorga autonomia financeira e administrativa ao Judiciário. Versa sobre a criação de novos institutos e a transformação de outros

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

já existentes: ação direta de inconstitucionalidade; arguição de descumprimento de preceito fundamental; declaração; intervenção federal; recurso especial; mandado de segurança coletivo; mandado de injunção; *habeas-data*; reclamação; competência para julgar os governadores e desembargadores, os conflitos de competência e os conflitos de atribuição; causas de interesse da magistratura; e juizados especiais. In: Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 2, n. 1, jan./jun. 1990. p. 31-51; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/449>>. Acesso em: 14/6/2005.

- “O Superior Tribunal de Justiça”. Proferida em 9 de dezembro de 1988, no Auditório da Escola da Magistratura do Estado do Pará, em Belém, a convite do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado. Descreve o contexto jurídico em que se deu a criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), destacando os motivos que levaram à sua constituição. Explica as peculiaridades que diferenciam essa Corte do Supremo Tribunal Federal e do antigo Tribunal Federal de Recursos. Examina aspectos da competência recursal ordinária e recursal especial do STJ. Esclarece a origem, função, pressupostos de admissibilidade, casos de cabimento e processamento do recurso especial. Trata, também, do controle difuso da inconstitucionalidade das leis, da lei incompatível com a Constituição superveniente e da prejudicialidade no âmbito do recurso especial. Quanto à competência recursal ordinária, versa sobre o *habeas corpus*, o mandado de segurança e sobre as causas em que figurem como partes Estado estrangeiro ou organismos internacionais. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/663>>. Acesso em: 20/7/2005.
- “Do Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça”. Proferida em 20 de junho de 1989 no auditório da OAB, seção judiciária do DF. Trata da criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e sua competência para julgar, em Recurso Especial, as causas decididas em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios. Cita a origem do Recurso Especial, sua função e os casos onde se aplica sua utilização. Aborda, ainda o advento da Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990 e a influência no REsp. Finaliza com algumas questões decorrentes dessa mesma lei. In: TEXEIRA, Sálvio de Figueiredo. (Coord.). Recursos no Superior Tribunal de Justiça. São Paulo: Saraiva, 1991. p. 49-65; Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, v. 23, n. 119, jul./ago. 1989. p. 8-18; Revista de Direito da Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, jul./dez. 1989. p. 60-75; Revista do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, v. 33, n. 47, 1989. p. 20-36; “Do Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça”. Revista dos Tribunais n. 642/12; Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 1, n. 2, jul./dez. 1989. p. 119-134; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível

## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/159>>. Acesso em: 28/3/2005.

- “O Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça”. Proferida, sucessivamente, na OAB-DF, em 23/6/1989; OAB-PB, em 11/8/1989; OAB-GO, em 20/4/1990; OAB-SP, em 21/6/1990.
- “A Modernização da Justiça Federal no Brasil: o seu grande alcance social”. Proferida em 22 de agosto de 1989, no fórum nacional organizado pela FEA-USP, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), denominado “Políticas Sociais para os Anos 90” - Auditório do Hotel Cad’Oro – São Paulo. Identifica, de modo geral, os problemas da Justiça Federal. Assegura que o problema do acesso à Justiça é fundamental, pois a marginalidade jurídica gera o surgimento de um Estado dentro do próprio Estado. Defende que só com investimento na modernização da Justiça se poderá combater essa marginalidade e conseqüentemente o crime organizado, repercutindo na ordem interna ou internacional. Aponta algumas providências adotadas com o objetivo de modernizá-la e torná-la mais eficiente, destacando as medidas concretas tomadas no campo da informática e a atuação do Conselho da Justiça Federal. Afirma que se existissem mais recursos, em breve, poderia erigir uma Justiça modelo: com maior eficiência do Estado democrático, com reflexos significativos para o amparo dos menos favorecidos e para a proteção efetiva dos direitos humanos. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/410>>. Acesso em: 30/5/2005.
- “Soberania do Poder Judiciário”. Palestra proferida em 6 de junho de 1990, no Auditório da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco - São Paulo, a convite do Centro Acadêmico XI de Agosto. No panorama constitucional, trata de três assuntos ligados ao Poder Judiciário: a ubiquidade da Justiça, a guarda da Constituição e a soberania dos julgados. Fala, também, da independência do Poder Judiciário e de algumas características especiais que revestem esse Poder: garantias da magistratura e autonomia administrativa e financeira. Encerra apresentando suas considerações sobre as deficiências do Judiciário e da relação desse Poder com a democracia. In: Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados, v. 14, n. 82, nov. 1990. p. 55-62; Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, Brasília, v. 3, n. 2, jul./dez. 1991. p. 113-120; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/613>>. Acesso em: 11/7/2005.
- “XI Congresso Brasileiro de Magistrados”, a convite da Associação dos Magistrados Brasileiros e da AMAGIS, realizado em Camboriú-SC, de 13 a 15 de setembro de 1990. Ocasião em que presidiu uma das Comissões Temáticas.
- “A Informática no Superior Tribunal de Justiça e na Justiça Federal”. Proferida em 28 de setembro de 1990, no “I Encontro de Presidentes de Tribunais”.

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

Descreve o Plano Diretor de Informática do Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde a sua elaboração. Menciona os objetivos e as preocupações de ordem institucional e operacional. Afirma que este Plano Diretor dá uma dimensão significativa à informática no STJ e na Justiça Federal, com grandes reflexos na Justiça de todo o País. Enfatiza a informática como um instrumento de modernização da Justiça por tornar transparente a gestão administrativa e financeira, reduzir substancialmente os custos da administração, além de ser um meio eficaz para tornar eficiente o exercício da jurisdição. Expõe sinteticamente os vários sistemas já em operação, ressaltando os objetivos de cada um e tecendo comentários sobre os benefícios que trouxeram. Examina, também, os sistemas em fase de implantação. Finaliza apresentando perguntas e considerações de alguns dos presentes neste “Primeiro Encontro de Presidentes de Tribunais”. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/305>>. Acesso em: 2/5/2005.

- “O Recurso Especial e o Recurso Extraordinário”. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, Rio de Janeiro, 30/10/1990.
- “Controle da atividade judiciária”. Proferida em 27 de fevereiro de 1991, por ocasião do “Encontro Nacional de Presidentes de Tribunais, Corregedores de Justiça e Presidentes de Associações de Magistrados”, na Sala de Sessões Plenárias do Supremo Tribunal Federal, a convite de seu Presidente. Proferida também no “III Encontro dos Magistrados de Rondônia”, em 30 de agosto de 1991. Aborda a questão do controle da atividade judiciária e as críticas que recebe em decorrência da autonomia administrativa e financeira que lhe foi reconhecida na Constituição de 1988. Assinala que é indispensável que sejam adotadas algumas formas de controle, tais como, controle correicional, disciplinar, normativo, da gestão orçamentária, indireto e o preventivo. Critica a sujeição do controle das atividades do judiciário a órgãos ou entidades a ele estranhos. Apresenta o conceito de atividade judiciária e diferencia a atividade jurisdicional da não-jurisdicional. Expõe, também, um breve histórico sobre a fiscalização do exercício da atividade judiciária. In: AMAGIS - Boletim Informativo n. 41, Belo Horizonte, jan./fev. 1991; Correio Braziliense, Brasília, 25/03/1991, Caderno “Direito e Justiça”, n. 10.190, 1991. p. 3-7; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/240>>. Acesso em: 12/4/2005.
- “O Superior Tribunal de Justiça no contexto do Poder Judiciário”. Palestra proferida em 18 de março de 1991, no Auditório do Superior Tribunal de Justiça. Apresenta o contexto jurídico em que se deu a criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), destacando os motivos que levaram a sua constituição. Explica as peculiaridades que diferenciam essa Corte do Supremo Tribunal Federal e do antigo Tribunal Federal de Recursos. Trata da competência originária, recursal ordinária e recursal especial do STJ, analisando, especificamente, o *habeas*

## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

*data, o habeas corpus e o mandado de segurança.* In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/639>>. Acesso em: 13/7/2005.

- “A autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário”. Proferida em 2/10/1991, na VII Conferência dos Advogados do Estado do Rio de Janeiro “Congresso Sobral Pinto” - Salão Nobre do Hotel Glória. Discorre sobre a importante conquista da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário decorrentes das inovações expressas na Constituição de 1988. Menciona os embaraços criados pelo Poder Executivo quanto à autonomia financeira e enumera os resultados salutares advindos da ampliação da atividade administrativa do Judiciário. Em contrapartida, alerta para a necessidade de estimular a criação de órgãos permanentes de planejamento e de assumir o dever de transparência no exercício da atividade judiciária. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/216>>. Acesso em: 8/4/2005.
- “Procedimento monitorio”. Proferida no simpósio “Direito 92”, painel “A Reforma do Código de Processo Civil”, a convite da OAB-CE. Fortaleza-CE 14/8/1992.
- “Das nulidades e dos Recursos no Código de Processo Penal Militar”. Proferida a convite do Presidente do Superior Tribunal Militar, em 28/8/1992.
- “Das nulidades”. Proferida na Faculdade de Direito Santa Cruz, em Ilhéus-BA, a convite da OAB-BA, em novembro de 1992. Tece breves considerações sobre o processo, referindo-se aos atos processuais, às suas características e à sua forma. Apresenta reflexões sobre as nulidades, conceituando-as, identificando os tipos e comentando os princípios que lhes são aplicáveis na legislação processual: legalidade e instrumentalidade das formas, economia e legalidade processual, interesse de agir, causalidade dos atos processuais, sanabilidade das nulidades e o princípio da não decretação de nulidade se não houver prejuízo. In: Informativo jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, Brasília, v. 6, n. 2, jul./dez. 1994. p. 89-98; Revista de Informação Legislativa v. 31, n. 124, out./dez 1994. p. 21-26; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/417>>. Acesso em: 1º/6/2005.
- “Honorários Advocatícios em Mandado de Segurança”. Proferida em 27 de maio de 1993, no auditório do Instituto dos Advogados de São Paulo. Desenvolve e apresenta argumentos favoráveis e contrários à Súmula nº 512, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, segundo a qual não se cabe condenação em honorários na ação de mandado de segurança. Trata da questão da regra de sucumbência inscrita no art. 64 do Código de Processo Civil e da ação sem réu no mandado de segurança. Finaliza posicionando-se favorável à manutenção da Súmula. In: Correio Braziliense, Caderno “Direito e Justiça”, n. 11.093, 13/9/1993.

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

p. 6; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/274>>. Acesso em: 21/4/2005.

- “Recursos no Superior Tribunal de Justiça”. Proferida por ocasião da “XIV Semana do Advogado”, em Campina Grande-PB, 13/8/1993.
- “A Magistratura e o Ministério Público”. Proferida em 9 de junho de 1994, no “2º Curso de Preparação de Magistrados Federais” - Hotel Phenícia - Brasília. Discorre sobre a relação entre o juiz, o advogado e o membro do Ministério Público na administração da Justiça. Ressalta que esta administração só funciona bem quando as três peças fundamentais agem harmonicamente, sem dolo, sem malícia, em nível ético. E assinala alguns pontos importantes nessa relação: a parcialidade como garantia da imparcialidade, as qualidades e virtudes que impõem a harmonia, a prudência e a probidade, diligência e discrição. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/400>>. Acesso em: 27/5/2005.
- “A reforma do Processo Civil”. Proferida em 28 de abril de 1995, no “Ciclo de Estudos Jurídicos em Homenagem ao Ministro Djaci Falcão”, Pleno do TRF 5ª da Região – Recife-PE. Discorre sobre as alterações promovidas pelas Leis nº 8.950 de 1994 e nº 8.038 de 1990 do Código de Processo Civil. Faz algumas referências à nova filosofia que encerra esse Código e aborda as alterações, relativa aos recursos, ocorridas nos artigos: 496, 500, 506, 172, 516, 518, 520, 531, 532, 535, 541, 563 e 544. Trata, também, das mudanças significativas quanto aos embargos declaratórios, agravo de instrumento, recurso especial e quanto aos embargos declaratórios protelatórios. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/580>>. Acesso em: 4/7/2005.
- “O magistrado e a previdência social”. Proferida em 27 de outubro de 1995, em Belo Horizonte, a convite da Associação dos Magistrados Brasileiros. Tece algumas considerações sobre a emenda constitucional de iniciativa do governo (1995) que modifica o sistema de previdência social. Alerta que a referida proposta não contempla as garantias políticas da magistratura ao incluir os magistrados no sistema geral previdenciário. Assinala que essas prerrogativas foram estabelecidas em prol da independência do Judiciário, portanto em favor da sociedade que clama por justiça, e não apenas em benefício dos juízes. Descreve o quadro da previdência social e aposentadoria dos magistrados. Comenta sobre as garantias políticas da magistratura: vitaliciedade, irredutibilidade de vencimentos e inamovibilidade. Afirma que a proposta do governo viola o princípio da separação dos poderes e do direito adquirido. Contudo, reconhece a necessidade de providências para evitar os abusos, praticados por poucos, mas que atingem toda a magistratura. Apresenta um resumo das normas e a situação atual do projeto de Reforma Previdenciária. In: Correio Braziliense, Caderno Direito e Justiça, n. 11.905,



## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

de 4/12/1995. p. 4; Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, v. 8, n. 1, jan./jun. 1996. p. 11-19; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/440>>. Acesso em: 8/6/2005.

- “A reforma do Poder Judiciário e a sociedade”. Proferida em 2 de agosto de 1996, na cidade de São Luís-MA e em 21 de agosto de 1997, no “Encontro Nacional dos Presidentes de Tribunais de Justiça” – Manaus-AM. Apresenta algumas reflexões sobre os anseios de justiça da sociedade a realizar-se na reforma constitucional. Enumera as ações necessárias para conceber uma reforma eficiente do Judiciário: reorganizar o Estado com a reforma política e com a reforma dos Poderes Executivo e Legislativo e dar maior estabilidade à legislação. Ressalta a necessidade de repensar o Judiciário, visando à adoção de providências no sentido da efetividade dos direitos e da cidadania. Analisa diversos dispositivos adotados no Brasil com o objetivo de tornar realidade esse acesso à Justiça. E sugere a adoção da “súmula de efeito vinculante” e o aprimoramento do controle administrativo e disciplinar dos órgãos judiciários como medidas a serem tomadas a fim de melhorar a atuação do Judiciário. Critica a proposta de controle externo do Poder Judiciário e afirma que enquanto este for Poder do Estado, não poderá ter o exercício de suas funções submetido ao controle de membros dos demais Poderes ou de pessoas que lhe são estranhas. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/471>>. Acesso em: 20/6/2005.
- “Vencimentos da Magistratura”. Proferida em 4 de dezembro de 1996, na Associação dos Magistrados Brasileiros, em Brasília. Tece considerações sobre os vencimentos da magistratura, reivindicando a correção das distorções existentes e a reposição de perdas significativas ocorridas em 1994 e 1995. Assinala que proventos insuficientes à garantia do necessário à vida e à posição social do juiz influem na sua imparcialidade. Propõe ações concretas para corrigir algumas das distorções e faz observações relativas à reforma administrativa. In: Correio Braziliense, Brasília, n. 123.341, Caderno “Direito e Justiça”, 17/2/1997. p. 4; Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, vol. 9, n. 1, jan./jun. 1997. p. 40-43; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/685>>. Acesso em: 25/7/2005.
- “A súmula vinculante e a independência jurídica do juiz”. Proferida em 26 de outubro de 1997, por ocasião do “XV Congresso Brasileiro da Magistratura”, no Centro de Convenções de Recife, a convite da AMB. Apresenta algumas reflexões sobre os anseios de justiça da sociedade a realizar-se na reforma constitucional. Enumera as ações necessárias para conceber uma reforma eficiente do Judiciário e ressalta a necessidade de repensá-lo, visando a adoção

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

de providências no sentido da efetividade dos direitos e da cidadania. Propõe a adoção da “súmula de efeito vinculante” como medida a ser tomada a fim de melhorar a atuação do Judiciário. Explica a finalidade dessa súmula e esclarece alguns dos seus preceitos. Salieta que esse instituto contribui para maior eficácia das decisões judiciais sem, contudo, comprometer a formação da convicção do juiz. Afirma que a súmula vinculante não irá cercear a espontânea formação da jurisprudência, nem a renovação do Direito, e que a sua aplicação deve adstringir-se às causas repetitivas. In: Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco – ESMAPE, vol. 2, n. 6, out/dez 1997. p. 49-59; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/612>>. Acesso em: 11/7/2005.

- “Substituição tributária para frente”. Proferida no Seminário “Reforma Tributária”, promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho de Justiça Federal, em 21/6/96. Entende ser de extrema relevância o estudo da chamada Substituição Tributária para Frente, que consiste em obrigar alguém a pagar não só o imposto em si, mas também todas as operações que dele decorrerem posteriormente. Segundo o autor, esse instituto já existe no Direito Positivo brasileiro desde 1966, com a introdução do Código Tributário Nacional, e encontra, ainda, respaldo constitucional. Enumera as principais críticas referentes ao instituto, refutando-as uma a uma. Há referências à Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), dando legitimidade ao mesmo. Considera que o instituto da Substituição Tributária para Frente deve ser acatado pela modernidade, com vistas à aplicação do princípio da praticabilidade da tributação como também os da segurança e certeza fiscal. In: Revista CEJ, Brasília, v. 1, n. 3, set./dez. 1997. p. 105-110; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/173>>. Acesso em: 19/3/2005.
- “A súmula vinculante”. Proferida em 21 de janeiro de 1998, na Comissão de Constituição, Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados. Examina a “súmula de efeito vinculante” no contexto da crise do Poder Judiciário. Explica o significado e a finalidade dessa súmula e esclarece alguns dos seus preceitos. Ressalta que esse instituto contribui para maior eficácia das decisões judiciais sem, contudo, comprometer a formação da convicção do juiz. Afirma que a súmula vinculante não irá cercear a espontânea formação da jurisprudência, nem a renovação do Direito. Critica a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 54, de 1995, que outorga eficácia vinculante a decisões prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal. Posiciona-se favorável à aprovação da súmula vinculante apenas nas causas repetitivas, relativas a determinadas matérias. Avalia esse instituto como um remédio amargo, mas indispensável, que irá contribuir para minorar a sobrecarga dos Tribunais Superiores. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/640>>. Acesso em: 14/7/2005.

## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

- “O Que Mais Aflige a Sociedade Empresarial no Brasil?”. Palestra proferida em 1º de maio de 1998, na abertura da “Feira Pecuária de Uberaba-MG” – Sede da ABCZ. Comenta sobre a insegurança jurídica – aflição que mais atinge o mundo empresarial e os cidadãos em geral. Afirma que a insegurança jurídica existe porque o Estado está em crise, e a sua atuação em dissonância com a expectativa dos cidadãos. Avalia as críticas dirigidas aos entes públicos. Considera difícil conceber um Judiciário que atenda, com eficiência, ao povo brasileiro, sem se dar maior estabilidade à legislação e sem se reorganizar o Estado com a reforma política e a reforma dos Poderes Executivo e Legislativo. Assinala a necessidade de alguns aperfeiçoamentos institucionais e, principalmente, de uma mudança de mentalidade no âmbito dos Poderes da República. Focaliza, em especial, a atuação e a estrutura do Poder Judiciário nesse contexto. Ressalta como fundamental aumentar o entendimento e a colaboração entre os representantes dos Poderes, objetivando a consecução das aspirações maiores da sociedade. Finaliza apresentando reflexões sobre a construção do Estado democrático. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/430>>. Acesso em: 8/6/2005.
- “Exercício da eficácia do controle público”. Proferida por ocasião do “Ciclo Especial de Palestras sobre Controle e Fiscalização” no Auditório do TCU, em 20/05/1999. Discorre sobre as competências atribuídas pela Constituição Federal de 1988 ao Tribunal de Contas da União (TCU), definindo-o e contextualizando-o no cenário brasileiro. Ressalta que a atual Constituição valoriza o TCU e procura, com veemência, combater a improbidade administrativa, repelindo todas as condutas governamentais contrárias à moralidade pública. Enumera, também, os diversos dispositivos assegurados pela Constituição em defesa da legalidade e legitimidade dos atos da Administração Pública. In: Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, v. 2, n. 17, maio 2000. p. 47-54; TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo (Coord.). Estudos em Homenagem ao Ministro Ferreira Maciel, São Paulo: Saraiva, 2001. p. 17-24; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/155>>. Acesso em: 22/3/2005.
- “O Judiciário como Poder Político no Século XXI”. Proferida em 23 de junho de 1999, por ocasião do “Congresso Brasil-Portugal Ano 2000”, em Coimbra – Portugal e em 10 de dezembro de 1999, na solenidade comemorativa ao Dia da Justiça e dos 125 anos de instalação do Tribunal de Justiça do Goiás, Goiânia. Descreve, em resumo, o Judiciário brasileiro no âmbito histórico e no concerto das Nações. Apresenta reflexões quanto ao posicionamento do Judiciário como poder político do Estado. Afirma que é preciso ter-se em conta que o governo é das leis e não dos homens. Alerta que o Estado está em crise, e a sua atuação, em dissonância com o que dele esperam os cidadãos. Assinala que a Justiça, em termos estatais, não é praticada só pelo Judiciário, mas também pelos outros Poderes. Destaca a necessidade de repensar o Judiciário a fim de adotar

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

providências no sentido da efetividade dos direitos sociais e da cidadania. Menciona e analisa alguns mecanismos e providências já efetivadas. E sugere que se aumente a colaboração entre os Poderes do Estado, objetivando apressar soluções tendentes ao bem comum da sociedade. In: PEREIRA, Antônio Celso Alves; MELLO, Celso Renato Duvivier de Albuquerque (Org.). Estudos em homenagem a Carlos Alberto Menezes Direito. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. p. 111-127; Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo, n. 4, ano 2, jul./dez. 1999. p. 11-21; Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, Bauria, SP, n. 26, ago./nov. 1999. p. 19-35; Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, v. 8, n. 15, jan/jun. 2000, p. 29-45; Informativo Jurídico da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, Brasília, v. 12, n. 1, jan./jun. 2000. p. 11-26; Direito e Sociedade, v. 1, n. 1, set./dez. 2000. p. 9-24; Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, v. 2, n. 11, maio/jun. 2001. p. 15-25; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/386>>. Acesso em: 25/5/2005.

- “The Judiciary as a Political Power in the 21st Century”. Speech delivered on June 23rd, 1999, at the “Brazil-Portugal Year 2000 Congress, held in Coimbra, Portugal. Presents the speech held for the celebrations of the five hundred years of Brazilian discovery. Describes the Judiciary as a political power in the next century and presents the study of the forms of government typology, in particular Norberto Bobbio and Machiavelli’s understanding. It explains that the first practical application of the doctrine of power division was wet forth by the American Constitution of 1787. In Brazil, the political system, as disposed in the Constitution of the Empire of 1824, has been decisively influenced by the theoretical concept of power distinction. The Judiciary in Brazil emerges as a State Branch, independent from the others Branches. The text also broaches the constitutionals principles, the judicial crisis and other subjects concerning the judicial reform movement. In conclusion, it realizes that the crisis of the Judiciary is but one aspect of the crisis of the State itself. The Justice State is bound to remain inefficient, unless it organizes itself and gives efficiency to the administrative and legislative States. In: Brazil-Portugal Year 2000 Congress, 2000, Coimbra. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2000; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/10033>>. Acesso em: 16/10/2007.
- “Le Pouvoir Judiciaire un Pouvoir Politique au XXI e Siècle”. Conférence prononcée le 23 juin 1999, à l’occasion du “Congrès Brésil-Portugal An 2000”, à Coimbra, au Portugal. L’article propose une introduction historique au Pouvoir judiciaire brésilien en présentant des réflexions sur son rôle comme pouvoir politique de l’État. Tout d’abord il faut admettre que les lois régent la structure gouvernementale, pas les hommes. L’État est présenté comme une institution en crise en vertu de son inefficacité d’exaucer les demandes de ses citoyens. Il souligne que la recherche pour la justice dans le contexte étatique

## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

n'est pas pratiquée exclusivement dans le domaine du Judiciaire, mais aussi dans les autres Pouvoirs. Il faut repenser le rôle du Judiciaire afin d'adopter des mesures afin que les droits sociaux et de citoyenneté soient garantis. Dans ce sens, il analyse quelques mécanismes et mesures déjà appliqués et suggère la collaboration entre les trois Pouvoirs en ayant l'intention de bousculer les solutions s'occupant du bien commun de la société. In: Congrès Brésil – Portugal, 2000, Coimbra. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2000; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/10055>>. Acesso em: 17/10/2010.

- “Sistema judiciário brasileiro”. Proferida em 5 de setembro de 1999 na abertura do Seminário “Mercosul e Planos de Saúde” em Santiago – Chile. Descreve, em resumo, o sistema judiciário brasileiro. Assinala que o Poder Judiciário, eminentemente constitucional, emana da soberania popular. Indica os princípios e postulados jurídicos consagrados na Constituição de 1988. Comenta sobre as garantias da magistratura e sobre a autonomia administrativa e financeira desse Poder. Trata da guarda da Constituição e da administração da Justiça pelo Poder Judiciário. Apresenta os órgãos que compõem esse Poder, relatando a hierarquia existente e diferenciando as atribuições do Superior Tribunal de Justiça das do Supremo Tribunal Federal. Encerra expondo os seus anseios quanto ao futuro do Judiciário no Brasil. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/603>>. Acesso em: 7/7/2005.
- “Sistema judicial brasileño”. Proferida em 5 de septiembre de 1999, por ocasião de Seminario “Mercosur y Planos de Salud”, en Santiago-Chile. La presentación del Ministro dice al respecto del sistema judicial brasileño. Trata de la Constitución vigente y de su tutela a los derechos individuales, sociales y colectivos de los ciudadanos. Aborda la independencia del Judicial, la autonomía administrativa de los tribunales así como los asuntos relativos a la guarda de la Constitución y el concerniente a la administración de la justicia. Presenta los órganos del Poder Judicial y la función principal de cada uno. In: SEMINARIO: Mercosur y Planos de Salud, 1999, Santiago. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 1999; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/10080>>. Acesso em: 18/10/2007.
- “A Criação dos Tribunais Regionais Federais”. Proferida em 5 de março de 1999, por ocasião da solenidade comemorativa dos 10 anos de criação dos Tribunais Regionais Federais, no TRF 2ª Região – Rio de Janeiro. Apresenta um retrospecto dos dez anos de criação dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), em especial do TRF 2ª Região (com jurisdição no estado do Rio de Janeiro e no Espírito Santo). Assinala que as mudanças que foram ocorrendo no interior do organismo social provocaram a necessidade de renovação das estruturas do

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

Poder Judiciário. Elabora um breve estudo sobre a senda processual, destacando a necessidade de especialização da jurisdição e o número crescente de litígios contra os entes públicos federais como fatores que desembocaram na criação do Superior Tribunal de Justiça e na regionalização do segundo grau da Justiça Federal. Discorre, também, sobre os fatos que precederam e desencadearam a criação dos TRFs até a promulgação da Constituição de 1988. Enfatiza que a Justiça Federal não é só da União, das suas autarquias ou das empresas públicas, mas sim uma Justiça do povo e, por isso, deve ser apoiada e fortalecida. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/257>>. Acesso em: 15/4/2005.

- “A reforma do Poder Judiciário”. Proferida em 6 de agosto de 1999, no Ciclo de Painéis sobre as Reformas do Estado, João Pessoa-PB. Declara que a crise do Judiciário deve ser vista como um aspecto da crise do Estado brasileiro. Afirma que para conceber um Judiciário eficiente é preciso reorganizar o Estado com a reforma política e com a reforma dos Poderes Executivo e Legislativo, e garantir maior estabilidade à legislação. Assinala a necessidade de repensar o Judiciário, visando à adoção de providências no sentido da efetividade dos direitos e da cidadania, na certeza de que a Justiça lenta e inacessível à todos é uma Justiça injusta. Discorre sobre os três aspectos básicos a serem superados para tornar realidade o acesso à Justiça: os obstáculos econômico, organizacional e procedimental. Alerta que a reforma do Poder Judiciário implica não só textos constitucionais mas, principalmente, mudança de mentalidade e criatividade. Faz, também, algumas observações concretas sobre a reforma do Poder Judiciário. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/466>>. Acesso em: 20/6/2005.
- “O Judiciário e o Equilíbrio entre os Poderes”. Proferida em 30 de outubro de 1999 por ocasião do “II Congresso Brasiliense de Direito Constitucional”, no Centro de Treinamento do Banco do Brasil, Brasília-DF. Tece reflexões sobre a doutrina de divisão dos poderes – sua evolução histórica e influência no sistema político brasileiro. Analisa a organização dos poderes e, em especial, as atribuições conferidas pela Constituição de 1988 ao Supremo Tribunal Federal, denominando-o como um superpoder do Estado. Afirma que o Estado está em crise e sua atuação em dissonância com o que dele esperam os cidadãos. Menciona que apesar da ampla liberdade democrática, as estruturas dos poderes estatais continuam arcaicas. Discorre sobre a Justiça, assinalando que ela, em termos estatais, não é praticada só pelo Judiciário, mas também pelos outros Poderes. Ressalta que é indispensável que se intensifique a colaboração e o entendimento entre os representantes dos Poderes do Estado, visando à consecução das aspirações maiores da sociedade. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/438>>. Acesso em: 8/6/2005.

## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

- “Constituição Federal, democracia e os novos rumos do Direito”. Proferida em 5 de maio de 2000, por ocasião da “VI Semana Jurídica da UNB”, no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal. Desenvolve reflexões sobre a doutrina de divisão dos poderes – sua evolução histórica e influência no sistema político brasileiro. Analisa a organização dos poderes e, em especial, as atribuições conferidas pela Constituição de 1988 ao Supremo Tribunal Federal, denominando-o como um superpoder do Estado. Enfatiza que o Estado está em crise e a sua atuação em dissonância com o que dele esperam os cidadãos. Menciona que apesar do clima ser de ampla liberdade democrática, as estruturas dos poderes estatais continuam arcaicas. Discorre sobre a justiça, assinalando que ela, em termos estatais, não é praticada só pelo Judiciário, mas também pelos outros Poderes. Ressalta que é indispensável que se intensifique a colaboração e o entendimento entre os representantes dos Poderes do Estado, visando à consecução das aspirações maiores da sociedade. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/263>>. Acesso em 19/4/2005.
- “Execução contra a Fazenda Pública”. Proferida no Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região, em Belo Horizonte, por ocasião do Seminário sobre Precatório, em 26/10/2001. O texto define as tutelas jurisdicionais no contexto do processo de execução, em face das respectivas alterações sobrevindas na legislação brasileira no que concerne ao instituto do precatório. Reconhece a ineficiência da atual sistemática adotada pelo nosso Direito, alertando para a necessidade de se promover o aperfeiçoamento do método de pagamento das dívidas judiciais da Fazenda Pública, com o escopo de se obstar o calote de débitos estatais e a sonegação de tributos pelos particulares, evitando, desse modo, os sensíveis prejuízos impostos à sociedade. (Traz notas sobre a ADIN n. 1.098-SP). In: As Vertentes do Direito Constitucional Contemporâneo: estudos em homenagem a Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002. p. 253-266; Ensaios jurídicos, Brasília: Consulex, 2003. p. 159-172; Revista CEJ, v. 6, n. 16, jan./mar. 2002. p. 106-114; Revista de Direito Renovar, n. 22, jan./abr. 2002. p. 1-14; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/154>>. Acesso em: 22/3/2005.
- “O Papel do STJ na Proteção Jurídica do Meio Ambiente”. Proferida em 17 de outubro de 2003, por ocasião do Congresso “15 Anos da Constituição Federal e a Proteção do Meio Ambiente”, em Recife-PE. Discorre sobre o papel do Superior Tribunal de Justiça (STJ) na proteção jurídica do meio ambiente e cita os princípios básicos sobre o meio ambiente que estão na constituição. O autor conclui deixando a certeza de que o STJ continuará a cumprir, nos limites da sua competência, a sua missão constitucional em favor da sociedade a que serve. In: Revista de Direito Renovar, Rio de Janeiro,

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

v. 27, set./dez. 2003. p. 13-20; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/131>>. Acesso em: 15/3/2005.

- “Do recurso especial: algumas questões atuais”. Proferida em Belém-PA, discorre sobre o Recurso Especial no âmbito da nova estrutura do Poder Judiciário. Relata a sua origem, função, pressupostos específicos e casos de cabimento, diferenciando-o do Recurso Extraordinário. Examina e apresenta importantes reflexões sobre o inciso III do artigo 105 da Constituição de 1988, que trata da competência do Superior Tribunal de Justiça em relação ao Recurso Especial. Analisa os requisitos de cabimento como o pré-questionamento da questão federal, as súmulas nº 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal e a nº 211 do Superior Tribunal de Justiça. Avalia se cabe Agravo Regimental da decisão que dá provimento a agravo para converter ou mandar subir o Recurso Especial; se cabem Embargos de Divergência da decisão que julga o Agravo Regimental; se os Embargos de Divergência podem ser julgados monocraticamente; se ocorre trânsito em julgado da decisão final se o agravo não foi julgado; e, se cabe Reclamação, Agravo de Instrumento, Medida Cautelar ou Petição no destrancamento de Recurso Especial e decisão interlocutória. Finaliza descrevendo a relação do Recurso Especial com a matéria constitucional, Medida Cautelar, Deserção, Arguição de Tempestividade, Juizados Especiais, Mandado de Segurança, ausência de Procuração, caso de cabimento de Embargos Infringentes e com a interpretação de cláusula contratual e matéria de prova. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/251>>. Acesso em: 14/4/2005.
- “A Reforma do Poder Judiciário e a Magistratura”. Proferida em 3 de outubro de 2003, por ocasião da “II Jornada Jurídica da Justiça Militar da União”, em Juiz de Fora-MG. Fala da crise do Estado brasileiro, relacionando-a à crise do Judiciário. Aponta algumas soluções e tece considerações sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 29, de 2000, que trata da reforma do Poder Judiciário. Examina as alterações decorrentes do substitutivo aprovado pela Comissão de Justiça do Senado. E encerra com uma breve referência à reforma da Previdência Social no tópico que atinge as garantias próprias da magistratura. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/455>>. Acesso em: 14/6/2001.
- “Do Recurso Especial: alguns aspectos atuais”. Proferida na Faculdade de Tuiuti – Curitiba-PR, em 29/5/2004. Trata das características peculiares do Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto à sua criação, composição e competências ao julgar Recurso Especial. Expõe a origem, função e pressupostos de admissibilidade do Recurso Especial, diferenciando-o do



## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

Recurso Extraordinário. Examina detalhadamente o inciso III do artigo 105 da Constituição de 1988. Discorre sobre o prequestionamento da questão federal e faz considerações sobre os casos de cabimento deste recurso. Apresenta, também, as súmulas do STJ sobre esta matéria. Finaliza analisando algumas questões atuais: o controle difuso da constitucionalidade das leis, a incompatibilidade das leis com a Constituição superveniente, o Recurso Especial retido, o preparo do recurso, sua relação com a norma infraconstitucional que repete texto constitucional e com acórdão proferido em embargos infringentes, além da sua interposição concomitante com o recurso extraordinário e o cabimento de Agravo de Instrumento contra decisão denegatória de seguimento de Recurso Especial. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/288>>. Acesso em: 26/4/2005.

### CONFERÊNCIAS E PALESTRAS REALIZADAS NO EXTERIOR:

- Participou do “XIV Congresso Internacional de Direito Penal”, realizado em Viena-Áustria, em outubro de 1989.
- Representou o Superior Tribunal de Justiça no “VIII Congresso das Nações Unidas sobre Prevenção do Direito e Tratamento do Delinquente”, realizado em Havana-Cuba, no período de 27 de agosto a 7 de setembro de 1990, atendendo a convite formulado pelo Secretário-Geral do referido Congresso. Na ocasião, acompanhou, como observador, os debates sobre os temas específicos do Congresso, manifestando especial interesse sobre o painel relativo à informatização da justiça penal, objeto de excepcional interesse por parte dos participantes do Conclave.
- Participou, a convite da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, do “41º Encontro da União Internacional dos Magistrados”, realizado na Cidade do Porto – Portugal, no período de 5 a 8/9/1998.
- Representante do Tribunal Superior Eleitoral na “V Conferência da Associação de Organismos Eleitorais da América do Sul”. Protocolo de Quito, Santiago - Chile, 1999.

### ARTIGOS:

- “Da Assistência no Novo Código de Processo Civil”. In: Revista Forense nº 251, jul./set. 1975, p. 119-124.
- “Decadência: contagem do prazo no caso de lançamento por homologação”. In: Resenha Tributária nº 33, págs. 685/705; Revista de Direito da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro nº 32/90.

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

- “Mandado de segurança: alguns aspectos atuais”. Trata do Mandado de Segurança e alguns de seus aspectos atuais. Cita sua natureza jurídica e faz referência às partes envolvidas no instituto. Conclui fazendo uma breve reflexão sobre a admissibilidade do Mandado de Segurança contra o ato judicial. In: TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. Mandados de Segurança e de Injunção: estudos de direito processual-constitucional em memória de Ronaldo Cunha Campos, São Paulo: Saraiva, 1990. p. 151-166; Revista Brasileira de Direito Processual, n. 49, jan./mar. 1996. p. 33-50; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/164>>. Acesso em: 29/3/2005.
- “O triste panorama”. Aborda o panorama político não favorável aos servidores. Fala sobre o caos que domina a administração pública refletindo sobre seus salários. Mostra que o Estado brasileiro há muito tempo vem se desviando da sua função específica de realizar o bem comum. E, por fim, cita que a aposentadoria não é favor do Estado e sim um direito conquistado pelos servidores. In: Revista AJUFE, n. 39, dez. 1993. p. 18-19; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8780>>. Acesso em: 2/3/2007.
- “Controle do Judiciário e cidadania”. In: Correio Braziliense, Caderno “Opinião”, 20/2/1994. p. 7.
- “O servidor público e as ameaças à Constituição”. Declara o caos que domina a administração pública atingindo visceralmente os seus servidores. Coloca que a aposentadoria não é favor do Estado e sim direito conquistado em decorrência de elevadas contribuições. E por fim exorta-nos a ser patriotas. In: Revista Ajufe, n. 40, mar. 1994. p. 5-6; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8807>>. Acesso em: 7/3/2007.
- “Autocontrole do Judiciário”. In: Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, v. 103, n. 320, 24/2/1994. p. 11.
- “Judiciário controle”. In: Jornal da Tarde, São Paulo, n. 8.706, 10/3/1994. p. 3.
- “Controle do Judiciário e da cidadania”. In: Correio Braziliense, Brasília, n. 11.253, 10/2/1994. p. 7.
- “Armando Rollemberg, o político, o jurista e o magistrado”. In: Correio Braziliense, Brasília, Caderno Direito e Justiça, n. 11.430, 15/8/1994. p. 4.
- “Dos agravos no Código de Processo Civil”. Trata-se de trabalho aprovado no Curso de Especialização de Direito Processual Civil, ministrado em nível de pós-graduação pelo eminente Ministro Moacyr Amaral Santos, na Universidade de Brasília.

## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

- “Pareceres proferidos junto ao Supremo Tribunal Federal” (Revista Trimestral de Jurisprudência e outros repertórios especializados).
- “Votos proferidos no Tribunal Federal de Recursos” (Revista do TFR, Lex e outros repertórios especializados).
- “Causas do aparecimento e fatores de desenvolvimento do Direito do Trabalho”.
- “Recursos no Código de Processo Civil de 1973” (circulação interna).
- “Honorários Advocáticos no Mandado de Segurança”. In: Correio Braziliense, Caderno “Direito & Justiça”, 13/09/1993; Revista de Informação Legislativa n. 123, Senado Federal, p. 99-102.
- “A revisão constitucional e a Justiça Federal”. In: Encontro Nacional de Magistrados Federais, Brasília: Conselho da Justiça Federal, 1995. p. 65-73.
- “Salvem o Judiciário”. In: Consulex: Revista Jurídica, v. 1, n. 12, dez 1997. p. 66.
- “O Senado e a Previdência Social”. In: Correio Braziliense, Brasília, n. 12.582, 8/10/1997. p. 23.
- “Citar, Intimar, Avaliar”. In: O Globo, 05/05/1998. p. 6.
- “A Verdade sobre o teto que não estabeleci”. In: O Estado de São Paulo, n. 38.341, 8/10/1998. p. A19.
- “A Comunicação e o Direito”. In: Academia de Direito, Ano 1, n. 1, nov. 1998.
- “O Cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos do Homem”. In: Diário de Pernambuco, 11/12/1998.
- “Sesquicentenário de Rui Barbosa”. In: Revista CEJ, n. 6, ano II, dez. 1998.
- “A CPI e a Credibilidade do Judiciário”. In: O Estado de São Paulo, 2º clichê, 6/4/1999.
- “Cidadania e Justiça”. In: Revista da Associação dos Magistrados Brasileiros, ano 3, nº 7, 2º Semestre 1999. p. 111-114.
- “O mestre Rui Barbosa”. Declara que as obras de Rui Barbosa são imorredouras, pois têm valor de verdade em qualquer época. O reverencia não só por aquilo que disse, mas, principalmente, porque viveu de acordo com o que disse. In: Mérito, v. 1, n. 3, dez. 1999. p. 14; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8808>>. Acesso em: 6/3/2007.
- “Função do recurso especial”. In: Revista Forense, v. 86, n. 309, jan./mar. 1990. p. 3-7; STJ: dez anos a serviço da Justiça: doutrina, Brasília: STJ, Consulex, 1999. p. 119-132.

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

- “Impulso e modernização no STJ”. Trata da análise da gestão do Ministro Pádua Ribeiro na Presidência do Superior Tribunal de Justiça, biênio 1998-2000, baseada no dinamismo e transparência, na busca pelo entendimento entre poderes e do uso da alta tecnologia na prestação de serviços. Cita trechos de discursos e entrevistas do Ministro. Comenta suas parcerias com os Poderes Executivo e Legislativo, na busca de aprovação de projetos e leis; sua participação e empenho na aprovação da Lei n. 9.756, que contribuiu para acelerar os julgamentos do STJ; na criação de varas federais, e na reestruturação dos Tribunais Regionais Federais. Finaliza comentando sobre como o Ministro tornou o STJ mais moderno e ágil, sobre os avanços tecnológicos, e sobre a economia que a informatização gerou. In: Mérito, v. 1, n. 4, mar. 2000. p. 5-8; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8816>>. Acesso em: 8/3/2007.
- “As novas tendências do direito processual civil”. Apresenta considerações sobre conceitos e princípios básicos do Direito Processual Civil e as suas novas tendências em relação ao acesso à justiça, tais como: a garantia de adequada representação legal dos pobres, a tutela dos interesses difusos ou coletivos e a simplificação de procedimentos. Aponta os problemas que se apresentam em oposição ao movimento reformador: obstáculos econômico, organizador e processual. Comenta sobre as leis que vieram trazer inovações no âmbito da Justiça de forma a colaborar na solução de conflitos. Conclui que é fundamental para que as novas idéias venham concretizar-se, a colaboração de todos os que militam no Judiciário e até mesmo fora dos limites desse Poder (os professores universitários, por exemplo). In: Revista CEJ RN, v. 2, n. 5, maio/ago. 1998. p. 80-85; Revista de Direito do Consumidor, n. 32, out./dez. 1999. p. 122-127; Revista de Doutrina e Jurisprudência, Macapá, n. 18, maio/ago. 1999. p. 400-408; Informativo Jurídico Consulex, v. 13, n. 46, 22/11/1999. p. 13-15; Revista de Informação Legislativa, v. 37, n. 145, jan./mar. 2000. p. 5-10; Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil, v. 1, n. 4, mar./abr. 2000. p. 5-10; Justitia, v. 63, n. 195, jul./set. 2001. p. 121-127; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/158>>. Acesso em: 28/3/2005.
- “Medidas de urgência e sua cassação”. In: Dimensões do Direito contemporâneo: estudos em homenagem a Geraldo de Camargo Vidigal, São Paulo: IOB, 2001. p. 63-73; Revista de Direito Renovar, n. 23, maio/ago. 2002. p. 1-11; Ensaios Jurídicos, Brasília: Consulex, 2003. p. 181-192.

### RELATÓRIOS:

- “Relatório de Atividades - Corregedoria-Geral da Justiça Federal”. Relata as atividades que desenvolveu como Corregedor-Geral da Justiça Federal no ano de 1990. Descreve as providências adotadas na área administrativa, funcional e, principalmente, na área de informática. Afirma que buscou-se promover um intenso trabalho de inter-relacionamento com os Tribunais Regionais Federais, dando-se prioridade à expansão e ao aprimoramento da informática na Justiça Federal. Expõe, também, a participação em congressos, a atuação em processos junto ao Conselho da Justiça Federal, dados estatísticos e a participação da Assessoria da Corregedoria em atividades da Secretaria do Conselho da Justiça Federal. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/519>>. Acesso em: 22/6/2005.
- “Relatório de Atividades - Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral”. Ribeiro, Antônio de Pádua (23/5/1996). Relata sinteticamente as atividades que desenvolveu na Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral no período de 15 de dezembro de 1994 a 23 de maio de 1996. Descreve as providências tomadas na área administrativa, as orientações expedidas, visitas realizadas, encontros e reuniões promovidos e os assuntos de maior relevância tratados. Apresenta, em dados estatísticos, processos que lhe foram objeto de apreciação e decisão. E finaliza com a certeza de que deu prosseguimento ao aprimoramento do cadastro eleitoral e ao combate à fraude eleitoral. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/472>>. Acesso em: 20/6/2005.
- “Relatório Final de Atividades: biênio 2005-2007”. Conselho Nacional de Justiça (Brasil) (CNJ). Corregedoria Nacional de Justiça; Ribeiro, Antônio de Pádua (Conselho Nacional de Justiça, 2007). Documento administrativo que oficializa a atuação da Corregedoria Nacional de Justiça como órgão do CNJ. Relata as atividades desenvolvidas pelo Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, Corregedor Nacional de Justiça, ao longo do biênio 2005-2007. Apresenta resultados alcançados pela Corregedoria Nacional no esforço contínuo e persistente para atingir as metas definidas por seu Corregedor no início da gestão, para dar cumprimento à sua missão institucional, definida na Constituição Federal, a partir da Emenda nº 45/2004. Observa que, “diante do preceito insculpido no art. 103-B da Lei Maior, a Corregedoria Nacional de Justiça tornou-se responsável pela apuração de desvios de conduta de magistrados, serventuários, notários e registradores e recebeu a honrosa incumbência de zelar pelo bom desempenho dos serviços judiciários no País.” Ressalta que a “Corregedoria Nacional de Justiça procurou sempre exercer suas atribuições tendo presentes a relevância e a seriedade de sua missão, buscando, além do cumprimento diário de seu dever primordial de investigar e apurar as denúncias trazidas a seu conhecimento,

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

fiscalizar os serviços judiciários, traçar diretrizes e balizar comportamentos, indicando medidas que contribuam efetivamente para a concretização daquilo que a sociedade brasileira tanto deseja e anseia, própria razão de ser do Conselho Nacional de Justiça: uma máquina judiciária mais ágil, efetiva e transparente, enfim, mais próxima do cidadão.” In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/9627>>. Acesso em: 16/7/2007.

### ENTREVISTAS:

- “Razões do Marasmo Judiciário”. Concedida à Denise de Roure. Menciona sua opinião sobre temas que vêm movimentando o Judiciário desde que começou-se a falar em reformas. Esclarece que a súmula vinculante vem assegurar o tratamento isonômico em situações idênticas e evita que os Tribunais tenham de reexaminar, caso a caso, as mesmas questões já reiteradamente decididas. Comenta a crise do Judiciário, na necessidade de ser vista como um dos aspectos da crise do próprio Estado. Ao ser perguntado sobre a baixa aprovação dos candidatos ao ingresso na Magistratura, responde, que é consequência dos salários desestimulantes e as péssimas condições de trabalho dos Magistrados submetidos a uma carga desumana de serviços. Comenta, também, a reforma do Judiciário em curso no Congresso Nacional, na sua amplitude e nos aspectos positivos e negativos. Explica a decisão da Quarta Turma do STJ, em que foi concedido o direito de herança a um empresário homossexual após a morte do seu parceiro, e que o STJ, mais uma vez, avançou dentro dos limites que lhe são possíveis, mas, óbvio, nos estritos termos da Constituição e das leis. Finaliza a entrevista alertando que o Judiciário é o sustentáculo da Democracia, é o amparo do cidadão, é o abrigo da cidadania. In: *Consulex*, v. 2, n. 16, abr. 1998. p. 5-8; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.Br/dspace/handle/2011/8804>>. Acesso em: 5/3/2007.
- “A crise é do Estado Brasileiro”. Entrevista concedida a Viriato Gaspar, Olímpio Cruz Neto e Deuza Lopes, da Revista Mérito, em abril de 1999. Fala sobre as mudanças estruturais importantes no âmbito do Conselho da Justiça Federal e do STJ na busca de soluções para o aprimoramento da máquina judiciária brasileira. Comenta as críticas que se faz ao Judiciário como um todo e a questão da morosidade e da ineficiência da máquina judiciária; a reforma do Judiciário e a crise do Estado criando problemas para o próprio Estado. Analisa a Súmula vinculante, sua aplicação e na contribuição para tornar o Judiciário mais eficiente e menos moroso, e na sua importância com relação à previdência social, às questões de direito administrativo e de direito tributário. Fala, também, sobre a criação do STJ e suas funções para desafogar o Supremo, bem como sobre o controle externo, e a CPI para investigar o Poder Judiciário. Finaliza a entrevista, tecendo considerações sobre o protesto e a paralisação dos juízes

## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

federais e sobre a extinção da Justiça do Trabalho. In: Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8784>>. Acesso em: 2/3/2007.

- “Nosso Compromisso é com o Povo”. Faz um balanço de sua gestão à frente do STJ e avalia alguns episódios que despontaram no cenário político nacional, como a CPI do Judiciário e as reformas constitucionais. Comenta várias conquistas importantes como: aprovação de diversas leis de iniciativa do STJ; a questão salarial dos juízes; a greve e essa discussão em torno do chamado auxílio-moradia; a rede de alta velocidade; a criação das cem varas federais e do abono salarial; os projetos de lei de iniciativa do STJ e do Conselho da Justiça Federal, visando ao aumento do número de juízes nos cinco tribunais regionais federais. Avalia a reforma do Judiciário; a súmula vinculante, a participação do Judiciário em acontecimentos internacionais. Finaliza a entrevista, afirmando estar convencido de que o Judiciário é o pulmão da Democracia, é por onde o povo respira o oxigênio da cidadania, e que a Justiça é o último refúgio do humilde contra a prepotência e os desmandos dos poderosos. In: Mérito, v. 1, n. 4, mar. 2000. p. 9-11; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/8815>>. Acesso em: 8/3/2007.
- “Justiça que Tarda é Fundamentalmente Injusta”. Concedida à revista “O Magistrado”. Faz uma análise aprofundada do Judiciário brasileiro e do Conselho Nacional de Justiça, além de tecer críticas ao excesso de dispositivos contidos na Constituição. In: O Magistrado, São Paulo, ano v, n. 45, abr./mai. 2006. p. 8-14; Repositório BDJur do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <<http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/2699>>. Acesso em 11/7/2006.

### HOMENAGENS E CONDECORAÇÕES

- Foi escolhido paraninfo das quatro turmas de Bacharéis em Direito do Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB, 2º semestre de 1974, e das turmas de Bacharéis em Direito da Associação do Ensino Unificado de Brasília - AEUDF, 1º semestre de 1991.
- Os Bacharéis em Direito da AEUDF, 1º semestre de 1980, deram à sua turma de formandos o nome de “**Professor Antônio de Pádua Ribeiro**”.
- Os Juízes Federais do Estado do Maranhão deram o nome de “**Ministro Antônio de Pádua Ribeiro**” ao Salão Nobre do Edifício do Fórum Federal daquela Unidade Federativa, em solenidade realizada no dia 28 de maio de 1991.

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

- Os Juízes Federais do Tribunal Regional Federal da 1ª Região deram ao Auditório da Seção Judiciária do Pará o nome de “**Ministro Antônio de Pádua Ribeiro**”, em solenidade realizada no dia 17 de março de 2000.
- “Medalha do Pacificador”, conferida pelo Sr. Ministro do Exército, através da Portaria nº 1.210, de 9/10/1980, entregue em solenidade realizada no Clube do Exército, em 19/11/1980.
- “Medalha de Amigo da Marinha”, recebida em solenidade realizada nas dependências do pertinente Ministério, em 13/12/1968.
- “Ordem do Mérito Militar”, no grau de Grande Oficial, concedida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através de Decreto de 30/7/1982, e recebida em Cerimônia Cívico-Militar no Quartel-General do Exército, em 25/8/1982.
- “Ordem do Mérito Aeronáutico”, no grau de Grande Oficial, concedida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através de Decreto de 20/9/1983, e recebida em Solenidade na Base Aérea de Brasília, realizada em 21/10/1983.
- “Ordem do Mérito Naval”, no grau de Comendador, concedida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através de Decreto de 12/11/1984, e recebida em cerimônia ocorrida no Comando Naval de Brasília.
- “Medalha do Jubileu de Ouro”, concedida pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, ao ensejo do transcurso do cinquentenário daquela instituição, e recebida em solenidade realizada em 23/4/1984.
- “Diploma do Mérito da Cidade de Pará de Minas”, conferido pela Lei Municipal nº 2.504, de 2/8/1988, que resultou do Projeto nº 12/88, de iniciativa do Vereador José Moreira Xavier, entregue em solenidade realizada, em 19/9/1988, na Câmara Municipal daquela cidade.
- “Professor Emérito”, título conferido pela Congregação da Faculdade de Direito das Faculdades Metropolitanas Unidas e recebido em 4/11/1988, em solenidade realizada no Teatro Municipal da Cidade de São Paulo.
- “Colar do Mérito Judiciário”, concedido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e recebido em cerimônia realizada em 8 de dezembro de 1990, no Plenário daquele Pretório.
- “Medalha da Ordem do Mérito Legislativo”, no grau de “Grande Mérito”, outorgada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte e recebida em solenidade realizada no Palácio Francisco Bicalho, em 20/12/1990.
- “Medalha do Mérito Judiciário”, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Acre e recebida em solenidade no dia 6/6/1991, na Sala de Sessões daquela Corte.





## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

- “Medalha de Honra da Inconfidência” – Ano Comemorativo do Bicentenário da Morte de Tiradentes, outorgada pelo Governo do Estado de Minas Gerais e recebida em solenidade no dia 21 de abril de 1992, na Praça Tiradentes, em Ouro Preto-MG.
- “Diploma de Honra ao Mérito”, concedido pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, recebido em solenidade realizada em 29/10/1992.
- “Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar”, no grau de alta distinção, recebida em solenidade oficial realizada no dia 1/4/1993, no Edifício Sede do Superior Tribunal Militar.
- “Medalha Jubileu de Prata”, concedida pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília – CEUB, pelos relevantes serviços prestados à Educação para o Terceiro Milênio, no dia 2 de julho de 1993.
- “Medalha da Ordem do Mérito de Brasília”, concedida pelo seu Grão-Mestre (Governador do Distrito Federal), no grau de “Grande Oficial”, recebida em solenidade realizada no dia 21 de abril de 1994, na Praça do Buriti.
- “Grande Medalha da Inconfidência” (promoção), concedida pelo Governador do Estado de Minas Gerais e recebida em 21 de abril 1996, em solenidade ocorrida em Ouro Preto-MG.
- “Medalha do Mérito Judiciário” (criada pelo Decreto nº 35.839, de 14/7/1954) concedida pela Associação dos Magistrados Brasileiros e recebida em 26 de outubro de 1997, por ocasião do “XV Congresso Brasileiro da Magistratura” realizado em Recife-PE.
- “Medalha do Mérito Cultural da Magistratura”, concedida pelo Presidente do Instituto dos Magistrados do Brasil e recebida em 15 de dezembro de 1997, em solenidade na cidade do Rio de Janeiro-RJ.
- “Medalha Alferes Joaquim José da Silva Xavier”, concedida pelo Comando Militar do Distrito Federal e recebida em 13 de maio de 1998, no Palácio Tiradentes – Setor Policial Sul, em Brasília.
- “Colar do Mérito Judiciário”, concedido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá e recebido em 4 de junho de 1998, por ocasião do “Encontro Internacional de Direito Ambiental da Amazônia”, realizado em Macapá-AP.
- Título “Tricolores Ilustres”, concedido pelo Fluminense Football Club por ocasião do 96º Aniversário de fundação do clube e recebido em Sessão Solene do Conselho Deliberativo, em 21 de julho de 1998, na cidade do Rio de Janeiro-RJ.
- “Ordem do Mérito Forças Armadas”, no Grau de Grande Oficial, concedida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através de Decreto de

## Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ

---

15/8/1998, e recebida em 5 de agosto de 1998, em Cerimônia no Clube do Exército, em Brasília.

- “Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado”, no Grau de Grão-Colar, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e recebida em solenidade no dia 13 de agosto de 1998, na Sala de Sessões Plenárias daquela Corte.
- “Medalha Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho”, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região e recebida em 29 de agosto de 1998, por ocasião do “IV Ciclo Internacional de Conferências”, Cuiabá-MT.
- “Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Moura Castro”, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas e recebida em 29 de outubro de 1998, por ocasião do Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça, Maceió-AL.
- “Medalha Desembargador Hélio Costa”, outorgada pela Comarca de Pará de Minas e recebida em 8 de dezembro de 1998, em solenidade comemorativa ao “Dia da Justiça”, Pará de Minas-MG.
- “Medalha do Mérito do Poder Judiciário do Estado do Ceará”, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e recebida em 15 de janeiro de 1999, por ocasião das Solenidades de Inauguração das Instalações da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará e da Creche Escola do Poder Judiciário, Fortaleza-CE.
- “Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar”, promoção ao grau de Grã-Cruz, concedida pelo Conselho da Ordem do Mérito Judiciário Militar – STM e recebida em 30 de março de 1999, no Edifício Sede do Superior Tribunal Militar.
- “Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho”, promoção ao grau de Grã-Cruz, concedida pelo Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho – TST e recebida em 5 de maio de 1999, em solenidade no Tribunal Superior do Trabalho.
- “Ordem do Mérito Naval”, promoção ao grau de Grande Oficial, concedida pelo Grão-Mestre da Ordem do Mérito Naval, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e recebida em 11 de junho de 1999, no Grupamento de Fuzileiros Navais de Brasília.
- “Colar do Mérito Judiciário”, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e recebido em Sessão Solene do Plenário, no dia 9 de agosto de 1999.
- “Grande Colar de Alta Distinção da Ordem do Mérito Pontes de Miranda”, outorgado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região e recebido em 26 de



## Ministro Antônio de Pádua Ribeiro

---

novembro de 1999, por ocasião do “Seminário Nacional sobre os Juizados Especiais no Âmbito da Justiça Federal”.

- “Ordem do Mérito de Dom Bosco”, Grau Grande Cruz, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e recebida em 2 de dezembro de 1999, em solenidade na Sede do TRT - 10ª Região, em Brasília.
- “Colar do Mérito Judiciário”, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e recebido em 10 de dezembro de 1999, por ocasião das Solenidades comemorativas ao Dia da Justiça e aos 125 anos de instalação do Tribunal de Goiás.
- “Colar do Mérito Judiciário das Justiças Militares Estaduais”.
- “Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho”, promoção ao grau de Grã-Cruz, concedida pelo Conselho da Ordem e outorgado pela Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais e recebido em 14 de dezembro de 1999, por ocasião da solenidade de posse da nova Diretoria da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB, no Auditório do STJ.
- “Colar do Mérito Judiciário”, Grau Grã-Cruz, outorgado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e recebido no dia 21 de março de 2000, em solenidade no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília-DF.
- “Medalha Grã-Cruz do Mérito Judiciário”, outorgada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo e recebida no dia 24 de maio de 2000, por ocasião do “VII Encontro Nacional de Coordenadores dos Juizados Especiais”, Vitória-ES.
- “Medalha da Ordem do Mérito de Brasília”, Grau Grã-Cruz, concedida pelo Grão-Mestre, Governador do Distrito Federal, e recebida em 5 de junho de 2000.
- “Troféu Dom Quixote” oferecido pela Revista Justiça e Cidadania, recebido em 14 de setembro de 2000, em solenidade no Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
- “Colar do Mérito Judiciário Ministro Pedro Lessa”, outorgado pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em 21 de setembro de 2000, em solenidade realizada no Plenário dessa Corte, em São Paulo.
- “Medalha Justiça Século XXI”, outorgada pela Justiça Federal – Seccional de Minas Gerais – em 14 de setembro de 2001, em solenidade realizada no Fórum Ministro Oscar Saraiva, em Belo Horizonte.
- Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho Juiz Ari Rocha, Grau Grã-Cruz, outorgada pelo TRT da 3ª Região-MG e recebida em 19/9/2003, no Teatro Klauss Vianna, em Belo Horizonte.

## **Coletânea de Julgados e Momentos Jurídicos dos Magistrados no TFR e no STJ**

---

### **TROFÉUS, MEDALHAS E DIPLOMAS DE PRESENÇA (principais)**

#### **Internacionais**

- Cour de Cassation – Paris – França.
- École Nationale de La Magistrature – Paris – França.
- Supremo Tribunal de Justiça – Lisboa – Portugal.
- Suprema Corte de Justiça – Moscou – Rússia.
- Duma Estatal – Moscou – Rússia.
- SEJM RZECZYPOSPOLITEJ POLSKIEJ (Parlamento da Polónia) – Varsóvia.
- Ministério da Justiça – Varsóvia – Polónia.
- High Court Of Judiciary – Edimburgo – Escócia.
- Palatul Justianei – Bucuresti – Romênia.
- V Conferência de La Asociación de Organismos Electorales de América Del Sur (Protocolo De Quito) – Santiago – Chile.
- 41ª Reunião da União Internacional dos Magistrados – Porto – Portugal.

#### **Nacionais (algumas)**

- TRF 2ª Região.
- Instituto dos Advogados de São Paulo.
- Governo do Amapá.
- Diversos diplomas.

